



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signature]

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2018-----

-----ACTA NÚMERO SEIS-----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e dezoito, reuniu no Edifício do Centro Cívico de Vale de Amoreira, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, coadjuvado pela Primeira Secretária, Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins e pelo Senhor Segundo Secretário, Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas.-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, três: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.---

----- Ponto dois, quatro: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro (artigo 59.º, nº 6, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).-----

----- Ponto três, dois: Apreciação da Informação – Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2018, do Município de Manteigas, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 77ª, da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.-----

----- Ponto três, três: Apreciação, discussão e votação da proposta relativa à suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 97º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.-----

----- Ponto três, quatro: Discussão e votação do aditamento ao Regimento da Assembleia Municipal dos artigos constantes da proposta apresentada pelo Unir e Mudar Manteigas, relativos à forma de redação das atas.-----

----- Ponto três, cinco: Análise e discussão das notícias relativas ao encerramento da Loja dos CTT em Manteigas, e tomada de posição oficial perante os Órgãos do Estado sobre o assunto, bem como perante a própria Administração da empresa Correios de Portugal – S.A.---

----- Ponto três, seis: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. --

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Primeira Secretária, Senhor Segundo Secretário, os Senhores Deputados Municipais: António José Ascensão Fraga; José Quaresma Pinheiro; Nuno Manuel Matos Soares; Ana Maria Saraiva Matos; António Miguel Aldeia Carvalho; Odete da Graça David Ganilha Almeida; Eduardo de Matos Monteiro; Alfredo Serra de Carvalho Marcelo; António Pedro Santos Leitão; Joaquim Martins Fonseca Albuquerque; Rogério Sousa Batista; Joaquim Neves Biscaia; Paulo Manuel dos Santos Costa; Carlos Manuel Figueiredo Viegas; Nuno Miguel Fernandes Gonçalves. -----

----- Não se encontrava presente o Senhor Deputado Luís José dos Santos Melo, a Senhora Deputada Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino e o Senhor Deputado Luís Ferrão Saraiva, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecer na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado José Quaresma Pinheiro, o Senhor Deputado Rogério Sousa Batista e a Senhora Deputada Ana Maria Saraiva Matos, que compareceram. -----

A Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais, por motivos pessoais não pôde estar presente nesta reunião, falta que foi considerada justificada. Contudo, por se ter tratado de um imprevisto de última hora, não foi possível convocar, atempadamente, o Deputado que se seguia imediatamente na Lista do Partido Socialista. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, e os Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. -----

----- Sendo cerca das **vinte horas e quarenta e cinco minutos**, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e saudou todos os presentes. -----

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes sobre se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando a inscrição do Senhor José Sequeira concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor José Sequeira entregou à Mesa da Assembleia Municipal um abaixo assinado contra a venda da Quinta da Alagoa, por parte da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa leu o abaixo-assinado supracitado, que em seguida se transcreve:- -----

“Abaixo-assinado contra a venda da Quinta da Alagoa em Vale de Amoreira

Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia e Freguesia de Vale de Amoreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature

Os abaixo assinados, tendo conhecimento que a Assembleia de Freguesia de Vale de Amoreira a que Vossa Exa. preside decidiu aprovar a venda da Quinta Alagoa sob proposta da Junta de Freguesia, manifestam-se contra tal decisão.

Com efeito, entendemos que tal proposta é lesiva dos interesses da Freguesia e seus fregueses, pela alienação de um património significativo que merece outro destino no âmbito de projetos de valorização da nossa aldeia.

A atitude tomada gera a contrariedade da maior parte da população, que V. Exa. representa e que aqui se manifesta.”

O Senhor Presidente da Mesa informou que cerca de cem pessoas assinaram este documento. Tendo considerado ser um número significativo de subscritores, atendendo a dimensão populacional da Freguesia de Vale de Amoreira. Considerou que o documento em apreço deve passar pela própria Junta de Freguesia e pela Assembleia de Freguesia de Vale de Amoreira, assim como, deve ser dado conhecimento do mesmo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas. Explanou que seria premente que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, que estava presente nesta reunião, pudesse também aqui responder a este abaixo-assinado. -----

----- O Senhor Cláudio Serra, encontrando-se inscrito neste ponto da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Explicou que se encontrava nesta sessão da Assembleia Municipal na qualidade de Manteiguense, mas também de Presidente da Direção da Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas (ADIM). Referiu que a sua intervenção será dividida em dois pontos. Sendo que denominou o primeiro ponto de “Partilha” e o outro ponto de “Indagação ao Executivo”. -----

Explicou que o primeiro ponto refere-se a um procedimento que teve início no serviço dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Manteigas, relativamente a uma formanda, que participava numa ação promovida pela ADIM. Sendo que, na sua opinião, a forma como foi conduzido este procedimento, causou o prejuízo da própria formanda. Isto porque, em certo momento, a formanda dirigiu-se à Câmara Municipal e aí foi aconselhada, no sentido de formalizar junto da ADIM a sua intenção de desistir da ação de formação, tal como veio a acontecer. Indicou que foi direcionado para a ADIM um *e-mail*, que continha um anexo, com uma declaração manuscrita pela formanda. Nessa declaração a ADIM é informada, enquanto entidade promotora, de que a formanda pretendia desistir da ação de formação, uma vez que iria integrar um Contrato de Emprego Inserção (CEI) na Câmara Municipal de Manteigas. -----

No seu ponto de vista, a Senhora Vice-Presidente, enquanto quadro de técnico superior do IEFP, terá conhecimento que a desistência de uma ação de formação, inviabiliza que um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

candidato integre uma medida CEI. Prosseguiu referindo que no *e-mail* supracitado, é ainda referido que a formanda é beneficiária do Rendimento Social de Inserção (RSI). Mais uma vez, dirigiu a sua palavra à Senhora Vice-Presidente, porque a mesma, enquanto quadro técnico superior do IEFP, também deve ter conhecimento, que qualquer alteração da configuração ou da postura do formando, durante o percurso de formação, carece de informação à entidade formadora e à entidade promotora, sob pena de omissão ou de falsas declarações. Inclusivamente, é necessário que a entidade formadora remeta essa informação à entidade que regula a formação, que é o IEFP. Declarou que a ADIM desconhecia que a formanda era beneficiária do RSI, visto que em nenhum momento a mesma informou esta entidade da alteração da sua situação. Sendo que os formandos estão obrigados a dar conhecimento às entidades competentes, caso exista uma alteração ao seu estado contributivo, ou à inclusão de qualquer prestação social no agregado familiar, algo que não aconteceu. -----

Explicou que perante este formalismo encetado pela direção dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Manteigas, a ADIM encarregou-se de responder pela mesma via, dizendo que desconhecia a questão em si, que desconhecia que a formanda em causa era beneficiária do RSI e alertando para o facto de que podia haver omissões e falsas declarações em todo este procedimento. Neste processo a Senhora Vice-Presidente contacta a administrativa da ADIM, no sentido de interpelá-la, qual o motivo do procedimento, relativamente a toda esta situação. Nesse seguimento a Senhora Vice-Presidente foi esclarecida e, nomeadamente, foi-lhe solicitado que entrasse em contacto com o Senhor Cláudio Serra, no sentido de resolver a situação. Visto que, em nenhum momento houve o interesse ou privilégio da Associação, em penalizar a formanda em causa. -----

Reportou que nesse contacto assumiu o compromisso de acelerar o processo junto do IEFP e assim que houvesse uma novidade, entraria em contacto com a Senhora Vice-Presidente. Tendo sido algo que assumiu e honrou, dado que na terça-feira subsequente, informou que o processo estaria já entregue no IEFP e que caberia a esta a última entidade, a palavra relativamente a esta questão. Fez menção a que, o desfecho deste processo não foi o melhor para a formanda, visto que, o formalismo dado a esta questão e devido à declaração que a formanda endereçou à ADIM, que por sua vez deu conhecimento ao IEFP, levou a que a visada fosse excluída da medida de Contrato Emprego Inserção. Lamentou que tal tenha acontecido, porque a Associação sempre quis e pretende fazer parte da solução e nunca parte do problema. Lamentou, também, que a Senhora Vice-Presidente da Câmara, sem a sua anuência, tenha partilhado o seu contacto pessoal com os serviços da Câmara Municipal, em vez de ser a própria contactá-lo, para saber o ponto da situação. Disse que continuava a aguardar o agendamento de uma reunião, que já deveria ter acontecido durante o mês de setembro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O outro assunto que abordou, refere-se a uma missiva que foi endereçada pela Câmara à ADIM, relativamente ao consumo de eletricidade no Complexo da Sotave. Aludiu que, no seu entendimento, esta missiva contém uma certa insinuação de má conduta da ADIM, onde é referido o que se passa a citar: *“Foi detetado pelos nossos serviços que essa Associação se encontra instalada no complexo da SOTAVE, está a ser alimentada de energia elétrica por um cabo proveniente de contador da Câmara Municipal e pago pela mesma, situação que não pode continuar assim.”* Deu conhecimento que esta missiva foi alvo de resposta, esclarecendo que esta situação era completamente alheia à ADIM, até porque tinha sido no anterior mandato do Senhor Presidente Esmeraldo Carvalhinho, que gentilmente foram cedidas as instalações, que davam acesso à antiga cantina da Sotave. Esta seria uma situação temporária, contudo protelou-se até 2014. Sendo que, perante a temporalidade que se estendeu até essa altura, a ADIM realizou algumas intervenções nesse espaço, com vista a conferir alguma dignidade às instalações.-----

Expôs que a ADIM foi notificada para resolver uma situação, à qual não deu origem, sendo que está inviabilizada de a solucionar, uma vez que, neste momento, a ADIM é uma “ocupa”, porque não tem um protocolo, não tem uma declaração a autorizar a utilização das instalações. Assim sendo, esta associação não tem qualquer legitimidade para solicitar junto das autoridades públicas, a contratação de qualquer tipo de serviço, seja ele energético ou de água. Acrescentou ainda, que em resposta à missiva da ADIM, a Câmara Municipal referiu que todas as entidades, que estão a ocupar espaços na Sotave, foram tratadas de igual forma. Considerou que a ADIM não foi tratada de igual forma, porque o Senhor Presidente Esmeraldo Carvalhinho cedeu as instalações a esta Associação, posteriormente o Executivo que o sucedeu, promoveu o esbulho da Associação do espaço que lhe tinha sido atribuído, removendo o que lá se encontrava para um anexo, depositando de forma leviana, inclusivamente, danificando bens da Associação, alguns de forma definitiva e outros que ficaram particamente inutilizados. -----

Nesse seguimento, o anterior Executivo atribuiu à ADIM as instalações onde atualmente estão a laborar, o que levou a que neste momento a Câmara venha imputar a esta Associação, uma ligação à rede de energia elétrica, da qual a ADIM era completamente alheia. Explanou que na missiva que remeteu ao Executivo, solicitou o agendamento de uma reunião, para esclarecer de que forma poderia ser solucionada esta questão. Porque sem um protocolo, sem um contrato, jamais será possível a ADIM contratar seja o que for. -----

Recordou que esse protocolo deambula na Câmara Municipal desde 2009. Em 2011 esta Associação solicitou instalações, em 2011 foi deliberado que esta entidade poderia ter acolhimento nas antigas instalações da Sotave. Inclusivamente, já nessa altura a ADIM remeteu uma missiva à Câmara que se passa a citar: *“A ADIM solicita junto de Vossa Exa. solução para*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

instalação de um contador de água e outro de eletricidade nas instalações cedidas provisoriamente na Sotave, de forma a podermos reunir condições e recursos para podermos desenvolver a nossa atividade bem como garantir a solidez dos projetos da ADIM.” Portanto já em 2011, era intenção desta entidade regularizar esta situação. Em 2012, foi remetido pela Câmara Municipal uma minuta de protocolo de colaboração, com vista à regularização da situação, e para que a Associação se pronunciasse relativamente ao protocolo, tendo a ADIM concordado com o mesmo e aceite celebrar o referido protocolo. -----

Sublinhou que esta Associação foi reconhecida, pela Câmara, como sendo de interesse para o Município, no entanto, encontra-se na situação já descrita. Por último, questionou quando vai ser assinado o protocolo e de que forma o mesmo vai ser celebrado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições do público para intervir deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO 2.1 -----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM ----- FICADO ESCLARECIDAS -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Disse que é sempre uma honra receber esta Assembleia na Freguesia de Vale de Amoreira. Relativamente ao abaixo-assinado contra a venda da Quinta Alagoa, que foi citado nesta sessão, esclareceu que a Junta de Freguesia, que preside, não tem conhecimento dessa situação. Acrescentou que, caso o documento supracitado tenha sido enviado à Assembleia de Freguesia, certamente, que o Senhor Presidente da mesma já o recebeu ou estará em vias de o receber, como tal será apreciado na próxima Assembleia de Freguesia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Disse ser benéfico a realização destas reuniões de proximidade com a população do concelho. Aludiu que ia responder as questões que o Senhor Cláudio Serra colocou na segunda parte da sua explanação. Sendo que o assunto relativo à formanda, seria posteriormente, esclarecido pela Senhora Vice-Presidente. -----

Referiu que o Senhor Cláudio Serra, na sua intervenção, por diversas, fez vezes alusão ao mandato 2009/2013, em que o cidadão Esmeraldo Carvalhinho presidiu a Câmara Municipal de Manteigas. Segundo o que tinha percebido, a questão exposta prende-se com a ocupação de instalações na Sotave, pela da ADIM, de forma provisória, tal como consta de uma ata da reunião do Órgão Executivo, realizada no dia 27 do mês de outubro do ano de 2011. Recordou ele próprio tinha proposto à Câmara Municipal, na altura, e agendado na Ordem de Trabalhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signature]

dessa reunião, o ponto “4.3 *Deliberação sobre o pedido de instalações, formulado pela AIM – Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas.*” Tendo sido deliberado o que se passa a citar: “*Submetida a votação, a Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, que se celebre um protocolo com a ADIM – Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas, no sentido de formalizar a ocupação das instalações da Sotave, onde estão instalados, neste momento.*”-----

Avocou que no meio do processo o único ofício da Câmara que detetou que não teve resposta trata-se da missiva datada de 24 de fevereiro de 2012, que refere o que se passa a citar:

“Assunto: Minuta de protocolo de colaboração

Serve a presente para em anexo, se remeter a V/ Exa. a minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre este Município e a Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas, com vista à respetiva anuência ou apresentação de sugestões.”

A partir deste ofício, que se encontra anexo ao processo em causa, depreende-se que a minuta de protocolo foi enviada pelo Município, contudo não consta do mesmo processo qualquer tipo de resposta da ADIM, com sugestões, ou propostas de alteração à minuta, de modo a se chegar a um consenso com o Executivo da Câmara. Entre o tempo que meia a data do último ofício, em 2012 e a presente data, tal como foi referido pelo Senhor Cláudio Serra, a ADIM que estava instalada naquele local, foi posteriormente deslocada para um espaço, que segundo parece não possui tantas condições como aquele que inicialmente lhe foi cedido. Explanou que quando cessou o mandato em 2013 não havia nenhum protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a ADIM, pois se tal tivesse acontecido, a minuta de protocolo teria sido submetida à deliberação e aprovação do Órgão Executivo. Disse ter procurado saber se este processo tinha tido desenvolvimentos no anterior mandato, tendo sido constatado que o último ofício que consta do processo é o que já foi citado. Anuiu que poderá, eventualmente, ter havido reuniões entre as partes, contudo não houve mais correspondência. -----

Declarou que quando tomou posse, no atual mandato, como Presidente de Câmara teve a preocupação de perceber como estava a situação da cedência de espaços nas instalações da Sotave. Explanou que, foi com surpresa que verificou que havia alguns espaços que estavam cedidos verbalmente, não tendo sido celebrado qualquer contrato, outros estavam devidamente regularizados e havia ainda algumas situações nas quais existia uma contratualização, mas com aspetos por regularizar, tais como o facto de não possuírem contador de energia elétrica próprio, e estarem ligados ao contador da Câmara, logo o consumo estaria a ser pago pelo Município. Avocou que o Regulamento de cedência de espaços na SOTAVE é claro e objetivo, diz que as instalações são cedidas, as condições que a apresentam, que qualquer alteração terá de ser feita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

às expensas do arrendatário ou do requerente da ocupação, sendo o consumo de água e de energia elétrica a cargo dos ocupantes de espaços. -----

Face ao exposto, indicou que, indiscriminadamente, mandou que fossem notificadas as entidades que estavam a ocupar espaços na Sotave e que não estavam a cumprir o respetivo Regulamento. Tendo sido comunicado a essas entidades, que tinham o quadro elétrico diretamente ligado ao da Câmara, que regularizassem a situação de forma a não subcarregarem a Autarquia com despesas indevidas e irregulares, tendo sido conferido um prazo para o efeito. Fez alusão que a ADIM reclama, que foram maltratados e questiona o motivo dessa carta tão agressiva. Declarou que o ofício em causa não tem qualquer agressividade, apenas cumpre a formalidade que é característica das instituições, tendo sido dirigido de igual modo para todas as entidades em causa. -----

No seu ponto de vista, a Câmara não feriu nenhuma instituição, nem nenhuma empresa sediada na Sotave, tanto mais que as outras entidades pediram à Câmara, mais algum tempo para regularizar a situação junto da EDP. Disse ser verdade, que as entidades necessitam do contrato de ocupação do espaço, para requer o contador junto da EDP, sendo que as restantes entidades têm esse contrato, quem não o possui está em situação de irregularidade ou de incumprimento de alguma disposição, que os possibilita usar o espaço com a total liberdade que o Regulamento confere. A ADIM entendeu que devia endereçar um ofício à Câmara, demonstrando-se ofendida, e o Município respondeu da mesma forma. A atitude que foi tomada pela Câmara, foi no sentido de igualdade para com todas as entidades que ocupam espaços na Sotave, não havendo a intenção de ferir a suscetibilidade de ninguém. -----

No que concerne ao Protocolo, disse desconhecer se no anterior mandato, nas reuniões que, eventualmente, o Senhor Cláudio Serra possa ter realizado com algum dos responsáveis da Câmara Municipal, tenha sido perspetivado esse protocolo, contudo do processo não consta nenhuma minuta de Protocolo, a não ser a que foi enviada para ADIM em 2012 e que não teve resposta. Declarou que não podia responder à questão de quando vai ser assinado o protocolo, porque nem sequer conhece qualquer protocolo que esteja acordado entre as partes, ou que possa submeter à Câmara. Assim como, também não podia responder à questão de como vai ser feito esse protocolo e quais as instalações que serão cedidas. Isto porque a ADIM continua a ocupar provisoriamente as instalações, sendo que nem sequer são as instalações que a Câmara lhe cedeu inicialmente. -----

Deu conhecimento que já questionou junto do Gabinete Jurídico do Município, o que pode acontecer se alguma entidade apresentar oficialmente, e em conformidade com o Regulamento de cedência de espaços, uma candidatura ao espaço onde está a ADIM. Tendo sido informado que, as instalações da Sotave têm um Regulamento específico para a instalação de empresas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature

que criem postos de trabalho, que tenham determinadas características e que cumpram determinados objetivos. Neste momento até isso está em causa, contudo não via qualquer inconveniente de a Câmara e a ADIM retomarem o processo, mas de uma forma consciente, correta em todos os aspetos e de uma forma cordial. Anuiu que a Câmara está recetiva à discussão dos termos do protocolo, que terão de ser semelhantes aos protocolos celebrados com outras instituições do concelho, e depois submeter o assunto à apreciação e deliberação do Órgão Executivo. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, no uso da palavra, cumprimentou todo os presentes. Referiu que parecia existir alguma dúvida, por parte do Senhor Cláudio Serra, sobre a atividade profissional que esta exerce. Afirmou ser funcionária pública do Instituto de Emprego e Formação Profissional, é técnica superior na área do emprego e da formação profissional. Tendo sempre desempenhado a sua função em Lisboa. Relativamente ao assunto relativo à formanda que pretendeu integrar um CEI, considerou que a situação foi mal conduzida por parte da ADIM. Explicou que a Câmara tinha alguns colaboradores a trabalhar no Município, no âmbito de um Contrato de Emprego Inserção + (medida que abrange beneficiários do RSI). Findo o contrato, houve colaboradores que manifestaram vontade em continuar, contudo só era possível submeter uma nova candidatura a essa medida, para esses colaboradores, após ter decorrido três meses do término do contrato, sendo que ainda assim o Município teria de fundamentar o motivo de solicitar que essas pessoas voltassem a ser inseridas num CEI +. -----

Explanou que num concelho como Manteigas, que fica desviado quer da Covilhã, quer da Guarda, não é difícil explicar o motivo de as pessoas voltarem a ser inseridas numa outra candidatura. O que aconteceu foi que essas pessoas, durante este hiato de três meses, foram contactadas pela ADIM para fazerem uma formação, que supostamente seria de trezentas horas. Confirmou que um determinado candidato, que esteja inscrito no Centro de Emprego e que esteja a receber o Rendimento de Inserção Social, se lhe for proposto fazer uma ação de formação este não pode recusar, sob pena de ficar sem esse rendimento. Face ao exposto, as pessoas tiveram que aceitar a ação de formação, contudo a Senhora Cláudia e a Senhora Susana, quando aceitaram a formação, comunicaram, imediatamente, que pretendiam sair da mesma assim que a candidatura, que a Câmara tinha submetido ao IEFP, fosse aprovada. -----

A verdade é que a Senhora Cláudia e a Senhora Susana, quando entraram na formação pela ADIM nunca foram contabilizadas no Centro de Emprego, como estando a fazer essa formação. Esta situação não aconteceu com a Senhora Encarnação, tendo esta questionado a Câmara sobre o motivo de as outras duas pessoas terem conseguido sair da formação, terem integrado um CEI + na Câmara, e ela não poder fazer o mesmo procedimento. A única diferença, é que a Senhora Encarnação, quando entrou para a formação, não manifestou junto da ADIM essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

intenção de sair quando a candidatura estivesse aprovada e não fez a mesma pressão junto da ADIM, que foi feita pelas duas outras pessoas. -----

Anuiu que a Senhora Encarnação diz ser beneficiária do Rendimento de Inserção Social e que queria ter a mesma oportunidade, que teve a Senhora Cláudia e a Senhora Susana. Neste momento, a Senhora Encarnação ainda continua como ocupada no Centro de Emprego, o que significa que para todos os feitos continua a fazer a formação, não podendo ser inserida em nenhuma medida de emprego. -----

-----PONTO 2.2-----

-----APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, solicitou aos Senhores Deputados que, a partir da próxima sessão da Assembleia Municipal, adotassem um procedimento, que já era executado no anterior mandato do Órgão Deliberativo. Isto é, assim que apreciem a ata, qualquer correção que queiram fazer nas respetivas intervenções, que as remetam antes da reunião, de forma a serem logo introduzidas. Deste modo, quando for debatido este ponto da Ordem de Trabalhos, a ata já está devidamente corrigida. Questionou se algum dos Senhores Deputados desejava usar da palavra, para apresentar alterações à proposta de Ata número cinco, de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito. Verificando a intenção do Senhor Deputado Pedro Leitão em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

-----O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e em especial o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, freguesia que acolheu esta reunião do Órgão Deliberativo. No seu ponto de vista, é uma boa ideia serem feitas reuniões de proximidade, junto das Freguesias, independentemente das questões logísticas que se levantam. No que concerne à ata em apreço, referiu que não encontrou na mesma, a última intervenção e troca de palavras que a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal teve consigo. Na qual foi indicado ao Senhor Deputado Pedro Leitão, que deveria ele próprio fazer as reparações ao campo em frente à Câmara Municipal. Solicitou que caso se verifique que essa intervenção não consta da ata, que a mesma seja inserida. -----

-----O Senhor Deputado António Fraga cumprimentou todos os presentes. Solicitou que fossem realizadas três pequenas alterações, no que concerne às suas intervenções. Na página 194, onde se lê: *“ao receber a Assembleia Municipal na Freguesia que esse preside.”*, deverá ler-se: *“ao receber a Assembleia Municipal na Freguesia a que preside.”* Na página 220, onde se lê: *“explanou que como era de conhecimento, já tinha sido o Partido Socialista,”*, deverá ler-se: *“explanou que como era de conhecimento de todos, já tinha sido o Partido Socialista,”*. Na página 229, na 5ª linha, onde se lê: *“em primeira instancia,”*, deverá ler-se: *“em primeira instância,”* e na mesma página, onde se lê: *“Disse que, segundo consta a médica que se*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Joana

encontrava de Baixa”, deverá ler-se: “Disse que, segundo consta a medica que se encontrava em situação de incapacidade para o trabalho”. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as propostas de alteração à Ata número cinco. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número cinco, da Sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito** à votação, tendo sido **aprovada por maioria, com cinco abstenções e treze votos a favor**. -----

----- PONTO 2.3 -----

----- CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, recordou que já tinha reencaminhado para os membros da Assembleia Municipal a correspondência que é remetida para este órgão autárquico. Como tal, apenas fez referência a duas comunicações, que leu, dado a sua especificidade. A primeira comunicação foi endereçada pela Senhora Joana Martins, que em seguida se transcreve: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas,

Na sequência do pedido feito à câmara municipal sobre o apoio à natalidade, uma vez que sou mãe desde o dia 23 de Julho de 2018 e ainda que não tenha apresentado qualquer reclamação junto desse órgão, não posso deixar de manifestar o meu descontentamento como munícipe deste concelho há 33 anos, pela resposta negativa feita ao meu pedido alegando que o escalão de IRS ultrapassa o valor defenido pelo indexante para o ano 2018.

Gostaria de salientar que somos um casal jovem, que decidiu residir e investir neste concelho, abdicando da companhia diária do meu marido, visto o mesmo ter o seu posto de trabalho em Almada, com todos os custos associados à sua deslocação em prol de uma vida mais tranquila e de qualidade notoriamente superior.

Num concelho em que a taxa de natalidade é tão reduzida, fico incrédula perante os critérios que estão defenidos em regulamento.

Gostaria de propor a alteração a esse regulamento pois haverá famílias que não serão abrangidas por receberem meia dúzia de euros a mais nos seus rendimentos mensais, contudo sem poderem fugir a impostos e com despesas superiores por optarem investir no seu concelho. A ser revisto o regulamento, num futuro próximo, gostaria de solicitar a reavaliação ao meu pedido.

Sem mais assunto agradeço desde já a atenção que este meu pedido possa merecer.

Com os melhores cumprimentos,

Joana Martins”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Assembleia considerou que este assunto não é da competência da Assembleia Municipal, mas da Câmara. Como tal, informou que reencaminhou este e-mail para o Senhor Presidente da Câmara. Em seguida, leu outro ofício que foi remetido pela Senhora Cristina Cruz, que em seguida se reproduz: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Os meus melhores cumprimentos.

Venho, muito respeitosamente, enquanto prestadora de serviços, apresentar proposta para a transcrição áudio de reuniões.

Atualmente, a maioria das Câmaras e Assembleias Municipais já procede à gravação das respetivas reuniões, pelo que disponibilizo o serviço de transcrição das mesmas para formato digital.

Como V/ Exas. poderão verificar pelo meu currículo, tenho competências para a execução deste trabalho e, enquanto membro de uma AM e cidadã que se interessa bastante por política, apesar de não possuir qualquer filiação partidária, estou perfeitamente familiarizada com a terminologia usada nestas reuniões, bem como com a importância de transcrever exatamente o que o interlocutor pretende transmitir.

Dedico-me em exclusivo a este trabalho, pelo que os prazos de entrega dos serviços são bastante curtos, quando comparados com o mercado e a confidencialidade dos conteúdos é absoluta.

*Assim, espero merecer um voto de confiança da V/ parte para que possam testar o meu profissionalismo e aproveito para informar que o valor cobrado é de **75€/hora** de gravação, havendo a possibilidade de orçamentar, se assim o entenderem.*

Desde já grata pela atenção que me possam dispensar, aguardo o V/ feedback, na expectativa de que os serviços propostos vos possam interessar.”

O Senhor Presidente da Mesa, não tendo mais expediente e informação a prestar aos Senhores Deputados, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 2.4 -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram intenção de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. Em seguida, concedeu a palavra à Senhora Deputada Odete Ganilha. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Em seguida leu a sua explanação, que em seguida se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Odete

“A intervenção que irei fazer seguidamente é, até ao dia de hoje, a intervenção que mais me entristece e envergonha fazer, mas sem a qual, não seria eu nem respeitaria os valores balizares da vivência em comunidade que todos, mas todos os dias tento defender e praticar: liberdade, respeito e humildade.

Começo por transmitir que o meu nome completo é Odete da Graça David Ganiha Almeida, que tenho dois filhos, o Bernardo e a Sara, que atualmente me encontro a exercer funções como assistente técnica com contrato individual de trabalho no Centro de Saúde de Manteigas – ULS e que para além de outras funções, sou também Deputada desta mesma Assembleia Municipal.

Após as informações dadas, o porquê das mesmas?

Porque fui abordada no meu local de trabalho na sequência de uma intervenção minha, realizada na última Assembleia. E vou definir neste caso a palavra abordada:

- fui ameaçada verbalmente e fisicamente;*
- fui difamada;*
- fui ameaçada sobre a minha continuidade no meu atual posto de trabalho;*
- entre outros e pior do que tudo gritaram-me para não me esquecer que tenho dois filhos, como se tal, fosse possível. Se acho grave? Acho e muito. Se me entristece? Muito! Se me envergonha, em pleno século XXI no meu concelho existirem mentalidades tacanhas destas? Muito. E podia continuar com os “ses” que a resposta seria sempre a mesma – MUITO!*

Assim em respeito aos meus filhos, à liberdade e a todos os que acreditaram e acreditam em mim, para que, com toda a legitimidade possa estar hoje aqui, como Deputada Municipal, vou responder à tal atitude medíocre, mas SÓ HOJE e SÓ aqui na Assembleia Municipal:

Estatuto dos Eleitos locais

Artigo 4.º

«No exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios:

- actuar com justiça e imparcialidade;*
- salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia;*
- não patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções, quer invocando a qualidade de membro de órgão autárquico;»*

Informo que cumpro e vou continuar a cumprir todos estes princípios e que não deixarei de questionar, analisar, interpelar, clarificar todas as questões que entenda pertinentes para a salvaguarda do interesse público e, muito concretamente, do interesse de Manteigas.

Mais, esse é o meu dever, o dever de todos os Deputados!

Regimento da Assembleia Municipal de Manteigas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Artigo 59º

«Constituem designadamente, deveres dos membros da Assembleia:

- respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros.»

Informo, que respeito e vou continuar a respeitar, independentemente da cor política, porque e tal como menciona o artigo em questão: RESPEITAR A ASSEMBLEIA E OS MEMBROS, não faz distinções. Estou de consciência tranquila e gostaria que todos os membros desta Assembleia aqui presentes também o estivessem relativamente a este assunto.

Constituição da República Portuguesa

«Artigo 37.º - (Liberdade de expressão e informação):

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.
2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.
3. As infracções cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respectivamente da competência dos tribunais judiciais.
4. A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos.»

Termino com um pedido a quem de direito. Quem informou ou questionou, a ser verdade, os intervenientes do relato anterior, solicito, por favor que informe agora também, que todas as minhas intervenções realizadas nesta Assembleia Municipal ou em funções da mesma, continuarão a ter por base os princípios anteriormente mencionados e que foram, são e serão realizados pela Deputada Odete Ganilha e volto a repetir Deputada Odete Ganilha, no local das Assembleias e nas Assembleias Municipais.”

A Senhora Deputada Odete Ganilha prosseguiu a sua intervenção, fez alusão que na última reunião do Órgão Deliberativo, foi designado um elemento para substituir outro elemento na CPCJ. Indicou que no dia 27 de setembro do corrente ano, foi realizada a reunião da CPCJ e a professora Manuela informou que, até essa data, a referida entidade não tinha recebido qualquer comunicação sobre a mesma designação. Questionou qual o ponto da situação. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, cumprimentou todos. Referiu que desde a última reunião do Órgão Deliberativo, Manteigas assistiu à abertura do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

primeiro hotel de cinco estrelas neste concelho. A bênção da Casa de São Lourenço aconteceu em agosto, sendo que, na sua opinião, a abertura de um hotel de cinco estrelas em Manteigas deve ser motivo de alegria para todos os Manteiguenses. Sublinhou que além do hotel, mais dois estabelecimentos foram inaugurados em Manteigas, na rua 1º de Maio, abertos por jovens empresários, como é o caso da Queijaria e da Mercearia Beirã. Deixou uma palavra de apreço a estes jovens empresários, que tiveram a coragem de investir em Manteigas e, certamente, que a Câmara Municipal os vai apoiar. Estes agradecimentos e estas menções levam a uma questão, que já foi muito debatida nesta Assembleia e que continua a ser debatida por todos, que é a questão do turismo em Manteigas. -----

Declarou que, politicamente toda a gente conhece o seu partido, a sua filiação política, mas nem todos conhecem os seus ideais, por isso deixou bem claro que a nível pessoal pensa e tem a convicção absoluta de que o turismo em Manteigas é uma questão estrutural. Se a nível nacional existem questões estruturais, o turismo a nível local é também uma delas. O turismo por ser uma questão estrutural necessita de convergências, necessita que as diversas forças políticas convivam e arranjem soluções para o atrair e manter no concelho. Não basta ter um hotel de cinco estrelas para que o concelho tenha turistas, é necessário criar atividades para o turista fazer e este tem de ser bem recebido. É certo que os manteiguenses têm como característica o bem-receber, mas a população pode-se ver perante situações que vão afetar a sua vida diária, contudo, a postura tem de continuar a ser a mesma. -----

Posto isto, disse que pretendia deixar a seguinte sugestão ao Executivo Municipal: a passagem de ano é uma das alturas do ano que Manteigas tem maior fluxo turístico, no entanto, é uma altura do ano em que o Município não promove nenhum evento. Indicou que, na sua opinião e na opinião de muitos manteiguenses, Manteigas precisa de um evento de fim de ano. Aludiu que podia dar alguma sugestão sobre o evento, contudo considerava que isso parte do Executivo, ainda assim se precisassem da sua ajuda estaria disponível para o efeito. -----

Referiu que há concelhos vizinhos de Manteigas, que fazem eventos de passagem de ano e têm sucesso. Disse ter conhecimento que há pessoas que vêm passar o fim de ano a Manteigas e depois deslocam-se para a Guarda ou para outros concelhos vizinhos para se divertirem, porque Manteigas não tem nenhum evento que lhes proporcione isso. -----

Por último, deixou duas questões, a primeira prende-se com a plataforma *base.gov*, onde têm de ser publicitados, pela Câmara Municipal de Manteigas, os contratos públicos e os ajustes diretos, sendo que o último contrato que foi divulgado, é o da Feira Moura de 2018. Relativamente ao Festival da Juventude, questionou a quem foi adquirido o palco, que serviu esse evento. -----

----- O Senhor Deputado António Fraça fez uso da palavra, referiu que como era de conhecimento de todos, houve uma decisão do Tribunal relativamente à propriedade da água do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

concelho de Manteigas, que ainda não transitou em julgado e, como é óbvio, os Baldios de São Pedro terão todo o direito de recorrer da sentença. Disse que gostaria de saber por parte do Senhor Presidente da Câmara, o que tenciona fazer, independentemente, da situação que é de conhecimento de todos. Isto porque, ao longo destes anos houve uma relativa unanimidade de pensamento sobre este tema, contudo não houve unanimidade em termos de ação. Ou seja, finalmente, o Executivo tomou a decisão de remeter este assunto para o Tribunal se pronunciar sobre esta matéria. -----

Aludiu que a segunda questão que pretendia colocar prende-se com os CTT. Disse ter conhecimento que o Senhor Presidente remeteu uma missiva à Administração dos CTT. Nesse contexto, gostaria de saber que resposta ou contactos obteve. Explanou que, tal como tinha referido na conferencia de líderes das bancadas, a partir do momento que os CTT foram privatizados, compreendeu que uma empresa particular tem que ter lucro e como tal, perspetivou que um dia a Loja dos CTT encerraria em Manteigas, tal como irá acontecer em muitos outros concelhos. Fez alusão a uma informação que foi prestada pelo Senhor Deputado Nuno Soares, que no distrito da Guarda irão encerrar cerca de onze Lojas dos CTT. Facto que lamentou, uma vez que se tratava de um serviço público. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão pediu a palavra, em seguida entregou dois requerimentos à Mesa da Assembleia Municipal, e que fazem parte integrante dos documentos apensos à ata. Sucintamente, explicou que nesses requerimentos é solicitada a documentação sobre os procedimentos administrativos, conducentes à celebração do protocolo entre o Município de Manteigas e o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas (CCD), bem como os relatórios anuais entregues pelo CCD, nos termos da alínea d) da cláusula 3ª, do protocolo celebrado. Solicitou também a documentação relativa ao acordo de colaboração entre o Município de Manteigas e a *Eurocivis*, para a coordenação das atividades do projeto europeu *CARE*, acordo esse aprovado em reunião do Órgão Executivo, de 21 de fevereiro de 2018. -----

Recordou que na última reunião da Assembleia Municipal, foi apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria uma Moção, dirigida ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), que foi assinada por todos os Deputados. Questionou se houve alguma resposta por parte da entidade supracitada. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, tomou a palavra para esclarecer que a Mesa da Assembleia Municipal não recebeu qualquer resposta do ICNF, à Moção apresentada e que lhes foi remetida. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão dando continuidade à sua explanação, recordou que um outro assunto que foi trazido à colação desta Assembleia Municipal, foi a possibilidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Alfredo
A

não ser constituída a turma do 1º ano do Ensino Básico, em Manteigas. Interrogou sobre se houve uma resolução que beneficie da melhor maneira os alunos de Manteigas. Congratulou quem de direito, pela pintura do edifício do Parque Natural da Serra da Estrela, que finalmente foi executada. Chamou à atenção para o estado da saúde em Manteigas, e do respetivo Centro de Saúde, que tem estado encerrado sucessivamente, durante alguns dias. Questionou se a Câmara está a pensar agir de alguma forma, junto das entidades competentes, para resolver este problema, porque é gravíssimo. Disse ter tido conhecimento, através de um munícipe, que num fim-de-semana em que o Centro de Saúde teve encerrado, foram transportadas vinte e nove pessoas para o Hospital da Guarda, através das ambulâncias do INEM e dos Bombeiros. -- Relativamente ao acordo do Projeto CARE, referiu que tinha conhecimento que na última reunião do Órgão Executivo se falou relativamente a umas viagens a Itália, das quais havia pouca informação na altura, como tal gostaria de saber se o Senhor Presidente, como representante do Executivo, já teria mais alguma informação sobre esta matéria. Aludiu que, se realmente essas viagens a Itália estiverem relacionadas com o projeto CARE, gostaria de saber de que maneira é que elas vão ajudar (e citou a ata onde esta matéria foi aprovada) "*a capacitar jovens do concelho para a interação cultural e a encararem o prolema das migrações de forma mais humana e objetiva*". Declarou que levantava esta questão por interesse, porque considerava ser algo bastante interessante. -----

Por último, questionou qual a situação do bar que está localizado no edifício da Câmara Municipal de Manteigas. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo cumprimentou todos os presentes. Como representante desta Assembleia, na Comissão da Bolsa de Ideias, reportou que esteve presente na reunião do dia 11 de agosto, juntamente com os cinco membros constituintes da comissão supracitada. Disse que subscreveu e concordou com a ata em minuta, no entanto ressaltou que deveria constar na ata, a candidatura de 2016, assim como os prazos de início, de 15 outubro 2015 a 14 de outubro 2016. Explanou que nessa reunião, recordou que já tinha havido reuniões sobre este concurso, com outra comissão eleita, no anterior mandato. Por isso, tinha dúvidas que a ata em referência seja a número um. No que diz respeito à Comissão Municipal de Toponímia, informou que a mesma não reuniu. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra, aludiu que no que concerne à questão da saúde levantada nesta reunião, isto é um problema a nível nacional. A título de exemplo, referiu que no Hospital de São José, onde trabalha, o serviço que dirige é a retaguarda de todos os doentes que entram na urgência do Hospital de São José, que é a maior urgência a nível nacional. Portanto, todos os doentes que entram aí vão para o seu serviço, e este faz a gestão de quarenta camas. Prosseguiu referindo que sem o avisarem, tiraram-lhe sete camas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

serviço, porque não havia enfermeiros. Disse que, nesse contexto questionou quantos enfermeiros eram necessários para voltar a reabrir as sete camas, tendo sido informado que eram necessários quatro enfermeiros. Assim sendo, desde o dia 9 de agosto que desenvolveu conversações com a tutela, com o Bastonário da Ordem dos Médicos, com o Ministro da Saúde. Mencionou que na semana anterior à data desta sessão, tinha vinte doentes para operar, tendo pensado que, enquanto funcionário público, não podia ir para os meios de comunicação social divulgar esta situação, como tal pediu ao Bastonário da Ordem dos Médicos que expusesse esta situação. Declarou que a forma como funciona este país é tão bizarra, que só assim conseguiu que nesse mesmo dia voltasse a recuperar quatro camas para o seu serviço. -----

Explanou que fez esta referência, porque se esta problemática acontece nos grandes centros urbanos, mais facilmente acontecerá numa vila como Manteigas. A degradação, os interesses económicos dos lóbis da saúde são impressionantes, porque cada vez mais abrem hospitais privados, há dezenas de Cuf's. Indicou que politicamente falando, defendia este Governo, pois considerava que foi uma frescura política na democracia, visto que, pela primeira vez, houve um Governo que conseguiu juntar várias pessoas da esquerda para governar os destinos do país. Mas mesmo assim, disse não acreditar que este Governo não esteja a ser manietado por todos estes interesses. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. Aludiu que a Senhora Deputada Odete Ganilha, na sua intervenção, falou que o papel dos Deputados é interpelar, e quando se fala em interpelar é à Câmara. Ainda assim, perante toda a sua exposição, disse ter ficado sem saber se a Senhora Deputada Odete Ganilha foi abordada por alguém da Câmara. Explanou que tinha a consciência tranquila, pois sabia que nenhum dos elementos do Executivo tinha feito tal abordagem à Senhora Deputada. Contudo, quando se diz que o papel da Assembleia é interpelar, isso remete para a Câmara. Solicitou que a Senhora Deputada Odete Ganilha clarificasse melhor o assunto. Agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro, porque referiu uma questão essencial para o concelho de Manteigas. Recordou que em 2011 deu-se um pontapé de saída, para aquilo que podia ser a dimensão maior do concelho de Manteigas, a nível da divulgação no exterior. A notoriedade que Manteigas teve nesse momento, foi um ponto alto que devia ter sido continuado e que, no seu ponto de vista, não aconteceu. A candidatura do Vale Glaciar às Sete Maravilhas Naturais foi um marco indiscutível na dinâmica de promoção do concelho e na notoriedade que o concelho chegou a atingir lá fora. Se neste momento há investidores em Manteigas, eles próprios têm os seus interesses e não investem para perder. Disse que não tinha dúvidas que todos os investidores supracitados na intervenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro, ao abrirem portas, fizeram estudos de viabilidade económica/financeira para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o futuro, tal como, certamente, aconteceu com o grupo Vila Galé, que já iniciou as obras do respetivo hotel. -----

Referiu que tem havido vários investimentos, mas são todos eles de iniciativa privada, nenhum é de iniciativa da Câmara, contudo não tinha qualquer dúvida que tanto no Executivo anterior, como em todos os anteriores Executivos, mas sobretudo a partir de uma determinada data, começou-se a perspetivar o futuro de Manteigas através da área turística. Para o efeito, teve que se abandonar a ideia de que seríamos um concelho de mono indústria, depois do desaparecimento dos têxteis. Felizmente, conseguiu-se que os têxteis voltassem a ser uma marca própria do concelho de Manteigas e que atualmente seja uma marca perfeitamente internacionalizada. Disse que é de conhecimento quando é que isso começou a acontecer, mas começou também a acontecer ligado à vertente turística. Dado que não é só a produção dos tecidos e dos artigos de vestuário, é também a parte da atração turística que esses operadores económicos desenvolvem tão bem, e tão bem o sabem fazer através da sua componente hoteleira, da recetividade que têm na sua fábrica museu em Manteigas, que vem dar um cariz ainda mais museológico, em termos de produção ativa. Portanto, há de facto uma marca clara, que todas as forças políticas do concelho estão predestinadas a defender a área turística no concelho. Avocou que se olharmos para os Planos de Atividades dos diversos partidos ou movimentos, que se candidataram nos últimos anos, é visível que todos apontam para a necessidade do concelho enveredar pela área da atratividade turística. -----

Disse ser uma realidade, que às Câmaras Municipais compete criar estruturas para que os empresários se fixem, mas compete a estes últimos explorar as atividades turísticas. A título de exemplo, referiu que há alguns dias atrás, alguém lhe disse que ia apresentar uma queixa na Câmara, relativamente aos percursos pedonais, porque alguns não estão bem limpos, outros têm a sinalética deficiente. Essa pessoa acrescentou ainda que, ia pedir ao Município que rapidamente resolvesse o problema. O Senhor Presidente aludiu que teve a oportunidade de dizer ao visado, que achava bem que reivindicasse dessa forma, até porque a empresa do mesmo vive da área do turismo, tem lucro nesta atividade e quanto mais lucro tiver, mais satisfeita fica a Câmara. Contudo, o que não podia acontecer era o Senhor ficar com lucro e a Câmara com a despesa, porque à Câmara Municipal compete dotar o território de infraestruturas para entregar aos operadores económicos privados. E os operadores económicos têm que tratar delas, pois é a sua ferramenta de trabalho. Declarou que tem que se passar a interiorizar esta cultura de não ser só a Câmara a fazer, mas serem todos. -----

Concordou com o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, no sentido de que a Câmara tem que direcionar a sua atividade para a atratividade turística, para o crescimento em termos de notoriedade do concelho, com atividades de nível mais alargado, regionais, e até nacionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Inclusivamente, há concelhos que já o estão a fazer e têm sucesso. Considerou que Manteigas deve ter animação, sobretudo em determinadas épocas do ano. Disse ser relevante e pode-se fazer uma experiência deste tipo, já com algum nível. Embora tal não possa ser realizado já no corrente ano, porque o Plano de Atividades não está dotado financeiramente para o efeito, contudo pode-se começar já a pensar no assunto. Declarou que aceita a disponibilidade e a colaboração do Senhor Deputado Eduardo Monteiro, sendo que é dessa forma que se deve trabalhar. -----

Afirmou que a estratégia de desgaste, de pressão constante ao Executivo, não leva a lado nenhum. O que leva a um futuro promissor, é este tipo de comportamento que teve o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, é dizer: *“eu aponto o dedo, aqui está mal, além podia estar melhor, eu estou cá para ajudar a resolver os problemas. Conte comigo!”* Indicou que, brevemente, o Senhor Deputado Eduardo Monteiro seria convidado para uma reunião, dado que é necessário começar a preparar o Plano de Atividades para 2019 e o Executivo precisa de ouvir mais pessoas. -----

Quanto à publicitação dos contratos, disse que a questão ficava anotada e ia verificar o que se passava, sendo que já numa outra reunião o Senhor Deputado Eduardo Monteiro tinha levantado esse assunto. No que diz respeito ao palco do Festival da Juventude, o mesmo foi adquirido à Associação Desportiva e Recreativa das Lameirinhas. -----

Aludiu que o Senhor Deputado António Fraga fez referência à decisão do Tribunal sobre a água do concelho. Declarou que sobre assunto não há nada para resolver, porque há uma sentença do Tribunal, e até transitar em julgado pode ser ainda alterada, caso seja objeto de recurso para uma instância superior, mas essa é uma decisão que cabe ao Tribunal e não à Câmara. Sublinhou que a sentença do Tribunal é bem clara. A Câmara ganhou a ação que interpôs contra os Baldios de São Pedro, contra a Glaciar Indústria S.A e contra a Glaciar Valley e ganhou em todas as frentes. Ficou reconhecido que a água é da Câmara Municipal de Manteigas. Há uma outra questão que ainda falta ultrapassar, que tem a ver com uma ação interposta contra o Estado, dado que este último concedeu a licença de exploração à empresa Glaciar Indústria S.A., quando não tinha que o fazer. Tendo agora sido reconhecido que a água é da Câmara, esta última já está a diligenciar no sentido de o Estado também reconhecer esta sentença e anular aquilo que foi uma decisão do Senhor Secretário de Estado. -----

Deu conhecimento que informou o Órgão Executivo, que da parte do Presidente da Câmara não verão uma única proposta para alterar a sentença judicial, porque ninguém pode por decisão própria, coletiva, administrativa, seja de que forma for, alterar uma decisão judicial. Só uma instância superior é que pode alterar essa decisão do Tribunal. Assim que a sentença transite em julgado, disse que ia propor à Câmara o cumprimento integral da mesma, e caso a decisão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature and initials

venha a ser alterada por uma outra instância superior, as alterações também serão cumpridas. Mais informou que, foi contactado pelo gerente da empresa Glaciar Indústria S.A., que lhe pediu uma reunião, no sentido de saber de que forma a Autarquia ia atuar, em função da sentença, porque tem dezassete postos de trabalho, porque tem os fornecedores a fazer pressão para saberem se a Fábrica vai encerrar. Explicou que tinha indicado ao gerente da empresa supracitada, que tratando-se de uma questão que advém de uma sentença judicial, não há lugar ao agendamento de qualquer reunião, porque não há nada a tratar e a sentença logo que transite em julgado, não poderá ser alterada e terá de ser cumprida. -----

Disse que, ainda deixou claro que, a Câmara não tem nenhuma relação contratual, institucional, comercial seja a que nível for, nem com a empresa Glaciar Indústria S.A., nem com a empresa Glaciar Valley. Em tempos existiu uma relação contratual entre a Câmara e a empresa Da Nascente, a quem até 2014 foi faturada a água que saía da conduta para a Fábrica de engarrafamento. A sentença é clara, a Câmara não tem nenhuma relação contratual com tais empresas, como tal deve interromper o fornecimento da água. Declarou que isto podia ter sido evitado, porque em vez de se terem apropriado indevidamente de algo, teria sido melhor se essas entidades tivessem conversado com a Câmara.-----

No que concerne aos CTT, o Senhor Presidente referiu que julgava que toda a gente já tinha percebido o que se passou. Os CTT fizeram da sua atividade um negócio, quando deve ser um instrumento de coesão territorial e do país. Trata-se de um serviço universal, que deve ser prestado com a mesma qualidade em Lisboa, no Porto, em Coimbra, como em Manteigas, como no sítio mais recôndito deste país. Contudo, quando se fez deste serviço um negócio, a empresa vai verificar onde está o lucro e onde está o prejuízo, e nos locais que dão prejuízo encerram a Loja e passam-na para a um privado, oferecendo-lhe trezentos e cinquenta euros (350,00€) por mês. -----

Infelizmente, a nossa economia não está tão sólida, que permita que alguém não se iluda com trezentos e cinquenta euros (350,00€) por mês, porque o dinheiro faz falta às famílias, às empresas, aos pequenos comerciantes. E é nesta ilusão que os CTT vão fechando as lojas e vão entregando o serviço público. Aludiu que não colocava em causa a qualidade do serviço que vai ser prestada por quem ficar com a Loja em Manteigas, porque primeiro queria ver. Contudo, perde-se toda a confiança dos cidadãos, num serviço que nos era prestado há quinhentos anos, e que foi perdendo a qualidade desde que foi privatizado. Sublinhou que a única hipótese de reverte este processo é a reversão completa da privatização, à semelhança do que aconteceu na TAP. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, esclareceu que na última Assembleia fez uma intervenção sobre uma prestação de serviços, que consta na plataforma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

base.gov, sendo esse um direito seu e que vai continuar a exercê-lo Explicou que como Deputada da Assembleia Municipal, uma das suas funções é interpelar o Executivo, sobre procedimentos que lhe levantem dúvidas. Declarou que se no fim do exposto o que chamou mais à atenção foi a utilização da palavra “interpelar”, disse que ficava grata pela atenção disponibilizada pelo Presidente da Câmara Municipal de Manteigas. Recordou que, o artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal refere que a palavra é concedida aos membros da Assembleia para interpor. -----

A questão é que no seguimento dessa intervenção, que realizou na última reunião do Órgão Deliberativo, foi abordada no seu posto de trabalho, foi ameaçada, assim como os seus filhos. Como tal, apenas pretendia deixar claro e registado que ia continuar a exercer as suas funções, independentemente da cor que esteja no poder. E que as intervenções da Assembleia dizem respeito à Assembleia e são aí tratadas, uma coisa é a Deputada Odete, outra coisa é a Odete e os filhos, são realidades completamente distintas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa clarificou, que segundo o que tinha entendido, houve uma intervenção na Assembleia Municipal que levantou um problema com uma munícipe do concelho. E só por ter levantado essa questão, a Senhora Deputada Odete Gabilha foi agredida verbalmente pela pessoa que estava visada nessa questão. -----

----- A Senhora Deputada Odete Gabilha elucidou que foi por um familiar da pessoa em causa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu a sua intervenção, concluiu que a Senhora Deputada Odete Gabilha na sua explanação apenas pretendia “separar às águas”, ou seja, uma coisa é a vida política, enquanto Deputada Municipal, outra é a vida pessoal. Considerou que os Senhores Deputados serem agredidos ou confrontados por outrem, tal como foi referenciado nesta Assembleia, ultrapassa tudo. No seu ponto de vista, deve ser apresentada uma queixa em termos judiciais. Por outro lado, a Senhora Deputada Odete Gabilha não quer especificar o nome da pessoa em causa e tem todo o direito de o fazer. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão recordou que tinha colocado mais questões, que não foram respondidas neste ponto, mas se fosse de comum acordo com o Senhor Presidente, os esclarecimentos poderiam ser prestados no último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga pediu a palavra para fazer uma pequena correção. Indicou que o Senhor Deputado Pedro Leitão fez referência ao encerramento do Centro de Saúde, contudo o que esteve encerrado, pontualmente, foi o Serviço de Atendimento Permanente (SAP). -----

-----Período da Ordem do Dia-----

----- PONTO 3.1 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature and initials

APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO
----- (ARTIGO 59.º, N.º6, DA LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO). -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram a intenção de intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares cumprimentou todos os presentes, fez votos que os trabalhos decorressem de forma profícua e que desta reunião não resultem situações menos boas, que são sempre indesejáveis, quer seja com a Senhora Deputada Odete Ganilha, ou com qualquer outro político. Explanou que na política, muitas vezes, defendem-se posições que até nem são completamente as posições individualizadas, mas por força das funções que têm, são obrigados a defendê-las. Logo, isso não deve ser motivo para que alguém possa ser minimamente atacado ou beliscado por cumprir as suas funções. -----

No que diz respeito ao ponto de trabalho que está em análise, disse que pretendia deixar alguns alertas e fazer uma pequena análise ao relatório. Recordou que já há dois anos atrás tinha referido que o Plano de Saneamento Financeiro estava desajustado. Na altura deixou como sugestão ao Executivo (na qual foi secundado pelo então Presidente da Assembleia), que o Plano de Saneamento devia de ser revisto, atualizado, e conformado à realidade que tínhamos no momento. Sublinhou que convinha lembrar, que o Plano de Saneamento Financeiro, que foi feito em determinado tempo, sobre um determinado pressuposto, não foi aprovado numa primeira fase, e isso levou a que numa segunda fase tivesse sido objeto de negociação entre o PS e o PSD para ser aprovado. Este processo teve uma série de vicissitudes, da qual a mais "macabra", tem a ver com o então Presidente da Mesa, que também acumulava o cargo de Presidente da Bancada do Partido Socialista, ter incitado, ter telefonado, mandado sms's e falado pessoalmente com alguns membros da sua bancada, para votarem favoravelmente. Isto, porque sabia da necessidade da aprovação do referido Plano. Contudo, publicamente, teve uma atitude completamente diferente, que foi votar contra e dizer que o Plano de Saneamento Financeiro não era necessário. -----

Explanou que com toda essa dilação de tempo que aconteceu, fez com que o Plano que foi aprovado já não estivesse devidamente ajustado, aos dados que tinham no momento da aprovação. Sendo que todos os Deputados, na altura, estavam conscientes que o Plano já não estava devidamente ajustado, pois esse ajustamento nunca foi feito. Tal facto origina a situação presente. Referiu que alguns dos desvios maiores e que chamam mais à atenção levam a perceber que as receitas de capital estão executadas a 12% e a despesa de capital a 42%. Portanto, a execução da receita orçamental está baixíssima neste momento, contudo julgava que haverá condições para a melhorar até ao final do ano, até porque a execução não é linear



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ao longo do ano. Considerou não ser uma situação preocupante nesta fase a que diz respeito o relatório, a 30 de junho. -----

Por outro lado, alertou que a receita corrente está com uma execução de 51%, enquanto que a despesa corrente está nos 41%. Estes 10% de excesso de receita corrente e a falta de despesa corrente, pode ser um problema. Disse que acreditava que o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo tomaram este facto em consideração e que farão a devida correção até ao final do ano, para que o Município não tenha qualquer problema no final do ano, e à semelhança dos anos anteriores esteja dentro das margens necessárias. Como tal, esta situação não o preocupava. -----

Avocou que o mesmo já não poderá dizer relativamente aos setecentos e trinta mil euros (730.000,00€) de desvio do limite de endividamento. Aludiu que o desvio não é culpa do atual Executivo, deriva essencialmente daquele lapso de tempo entre a data em que foi concebido o Plano de Saneamento Financeiro e a sua implementação real, que foi quase um ano depois, o que levou a esta situação de desfasamento. Portanto, não está feita a amortização da dívida nos valores que eram previsíveis, aquando da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro. E também, pelo facto de o Tribunal de Contas ter chumbado o primeiro valor do empréstimo que se pretendia contratar. O facto de o capital não ser exatamente o mesmo, levou também a que houvesse este desvio. -----

Declarou que a apreciação que a Bancada do PSD fazia sobre o Plano de Saneamento Financeiro, passado este tempo todo da sua concretização e implementação, é positiva. Sublinhou que o objetivo macro, que era poder equilibrar novamente os pagamentos e as despesas correntes e de capital do Município, está feito há cerca de dois anos. Não havia previsão legal para o Município poder suspender este procedimento, apesar de objetivamente as condições já permitirem uma saída do Plano de Saneamento Financeiro. Contudo, só no último Orçamento de Estado foram criadas as condições para que isso acontecesse. Deixou a nota, que o Plano de Saneamento, apesar de toda a crítica que foi feita pelo então líder da Bancada do Partido Socialista, aquando da sua aprovação, afinal cumpriu-se o objetivo macro e por isso tinham de se congratular. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, recordou o Senhor Deputado Nuno Soares, que o Plano de Saneamento Financeiro no seu início falava em três milhões de euros (3.000.000,00€) e veio a comprovar-se que não era extremamente necessário esse valor. Indicou que conter despesa é difícil, mas é possível e daí já depende uma gestão cuidada da Câmara. Arrecadar receitas num concelho tão pequeno como o nosso, O Município fica muito dependente de terceiros. Depois há vicissitudes, como por exemplo, a última tranche do IMI que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

vai ser cobrada em novembro. Sendo que a nível de Manteigas é de conhecimento o impacto que terá ou não na arrecadação de receitas. -----

Declarou que a apreciação da Bancada do PS é positiva, no sentido de que estava convencido que o Executivo está a ter cuidado, sobretudo naquilo que pode fazer de melhor, para conter a despesa. De resto o Município depende de uma série de vicissitudes, oriundas do facto de sermos um concelho pequeno, de estamos muito dependentes de transferências e de uma série de fatores. -----

----- A Assembleia Municipal apreciou o relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- PONTO 3.2 -----

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO 1º SEMESTRE DE 2018, DO MUNICÍPIO DE MANTEIGAS, NOS TERMOS DOS DISPOSTO NA ALÍNEA D), DO N.º 2, ----- DO ARTIGO 77º, DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, indicou que apenas pretendia fazer três ou quatro reparos sobre o relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC), sobre a situação financeira a 30 de junho. Chamou à atenção para o facto de o ativo estar com uma evolução negativa na conta de clientes, com uma evolução negativa nas disponibilidades e uma evolução negativa também no ativo circulante. Reiterou que estas evoluções não são preocupantes nesta fase, contudo ficava o alerta para esta evolução negativa do ativo. Quanto ao passivo, a evolução é muito pouco significativa, há também uma evolução ligeiramente negativa nos outros credores, que é compensada com uma avaliação positiva nos acréscimos e deferimentos. -----

No que diz respeito aos custos, as amortizações estão com um valor em baixa, o que reflete a falta de investimento nos últimos anos. Não tem havido criação de capital fixo, o que leva a que as amortizações estejam em decréscimo. Disse que tinha conhecimento que a culpa não é deste Executivo, é de sucessivos Governos que nos têm subsumido as receitas. Concordou com o Senhor Deputado António Fraga quando referiu que é muito difícil executar a receita que não venha do Governo Central. Disse que pretendia apenas deixar uma questão. No relatório do ROC, no ponto sete, a propósito da Lei dos compromissos, é referido que foi verificada a Lei dos Compromissos, contudo não diz qual foi a conclusão da verificação. Verificar é verificar, mas quando se verifica convém concluir. Indicou que, provavelmente, o Senhor Presidente não teria, naquele momento, esses dados para lhe facultar. Por isso apenas deixava a questão: o que é que se concluiu da verificação? -----

----- O Senhor Presidente da Câmara clarificou que a Lei dos Compromissos está neste momento a ser cumprida. O Município tem alguns problemas com alguns compromissos, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não tiveram execução e prendem-se com questões que tentaram resolver, que vêm de trás e que retêm, em termos orçamentais, algumas verbas, nomeadamente, os *outdoors* e placares que foram colocados, que chegaram a um determinado ponto e estabilizaram. Há compromissos feitos apenas para mais dois placares, sendo que até há dois dias atrás não havia perspectiva de execução do trabalho. Isto porque, houve questões verbais que foram discutidas e que não foram passadas a escrito, portanto têm que ser regularizadas, de modo a que os compromissos não estejam, em termos orçamentais, a complicar as contas à Câmara Municipal. Anuiu que não podia responder o que é que o ROC verificou, pois não possuía esses dados. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, no uso da palavra, fez referência a dois documentos: o relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, página 11, quadro relativo à aferição da redução da dívida total da autarquia; e informação sobre a situação económica financeira do ROC, na página 5. Neste contexto, referiu que no balanço a 30 de junho de 2018 do ROC, no passivo a curto prazo está um valor da administração autárquica de quatro mil euros (4.000,00€), contudo o mesmo valor não consta do relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, elaborado pela Câmara, no quadro onde é verificada a aferição da redução da dívida total da autarquia, onde consta dívidas a terceiros a curto prazo. Aludiu que gostaria de saber o motivo de não constar esse valor de quatro mil euros (4.000,00€). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que faria chegar essa informação à Senhora Deputada Odete Ganilha. -----

----- A Assembleia Municipal apreciou a informação das Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2018, do Município de Manteigas. -----

----- PONTO 3.3 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA À SUSPENSÃO DO PALNO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º4, DO ARTIGO 97º, DA LEI

----- N.º 114/2017, DE 29 DE DEZEMBRO. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram a intenção de intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares explanou que não pretendia repetir o que tinha referido no ponto três um da Ordem de Trabalhos, contudo retomando a sua linha de pensamento sobre a possibilidade que existe, da previsão legal, para se poder fazer a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, disse que gostaria de colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Tendo em conta que as condições efetivas já se verificam desde o início do mandato, inquiriu qual o motivo deste *timing* e não outro. Quais as vantagens e desvantagens para o Município em sair e em continuar no Plano de Saneamento Financeiro, que está desajustado e que necessita de ser ajustado. Tendo em consideração que a deliberação do Órgão Executivo, sobre a aprovação deste ponto na Câmara Municipal, data de 05 de setembro, à data desta sessão já passaram mais de vinte dias, sendo que o último ponto da deliberação menciona que o Senhor Presidente é “mandatado” para junto da banca tentar a renegociação das condições, embora anteriormente seja dito que as condições de mercado estão bastante desajustadas. -----

Alegou que pelo conhecimento que detém deste processo, não lhe parece que as condições estejam desajustadas do mercado, aliás demonstrou ter algumas dúvidas que se consiga muito melhor condição de mercado do que a atual. -----

Questionou se o Senhor Presidente já está em condições de informar, se já existe alguma negociação em curso, ou que já tenha decorrido, se já há perspectivas de novas condições para o empréstimo. Alertou que este é um aspeto importante, porque, pessoalmente, não lhe parece que seja uma opção sair do Plano de Saneamento Financeiro, se não houver interesse e vantagem nisso. Recordou que o empréstimo que foi negociado poderá ter revisão de condições, embora os montantes e o tempo não sejam negociáveis, portanto eles terão que se manter. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga referiu que a sua intervenção ia apenas no sentido de questionar, à semelhança do Senhor Deputado Nuno Soares, quais as vantagens e desvantagens de suspender o Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos suscitados pelos Senhores Deputados. No que diz respeito à negociação, clarificou que a Câmara não deliberou mandar o Presidente da Câmara para negociar os juros, foi para pedir propostas de juros mais vantajosas. Explanou que isso aconteceu há cerca de vinte dias, sendo que atualmente os serviços da Câmara estão a preparar o caderno de encargos e programa de concursos, para enviar às entidades financeiras, com vista a apurar se há juros mais vantajosos. Referiu que após se consultar a comunicação da DGAL e do Tribunal de Contas, chegou-se à conclusão que há Câmaras Municipais a pedir propostas para novas taxas de juro, com vantagens significativas. Embora não se possa reduzir o prazo de pagamento, porque não se pode aumentar a dívida de curto prazo. -----

No que concerne às vantagens e desvantagens, afirmou que só se veem vantagens, porque ao olhar-se para o relatório de análise de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, chega-se à conclusão que há um incumprimento na ordem dos 200%, porque a Câmara não tem capacidade para arrecadar receitas, nem está na disposição (a menos que o Senhor Deputado faça uma proposta e seja aqui votada) de aumentar as tarifas da água, que são parte daquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que a Câmara fatura, para dar cumprimento ao Plano de Saneamento Financeiro. Sendo que isso traz alguns constrangimentos ao Município, nomeadamente, nas candidaturas ao POSEUR, pois quem não cumprir os Planos de Saneamento Financeiro ou não ajustar às tarifas (segundo as indicações da ERSAR) não pode concorrer às candidaturas ao POSEUR. É claro que essa situação traz desvantagens de toda a ordem, desde logo o incumprimento que já se falou nesta sessão, os desvios ao Plano de Saneamento Financeiro, sendo que pode passar a seguinte incongruência: então se há desvios significativos, como é que estão em condições de poder pedir a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro? Alegou que a vantagem de pedir a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, é chegar à conclusão que, em termos do limite da dívida, o Município de Manteigas está perfeitamente enquadrado, há uma situação financeira equilibrada, que foi conseguida ao longo dos últimos meses, do último ano. -----

O Município está com uma dívida de quatro milhões, seiscentos e trinta e cinco mil euros (4.635.000,00€) e tem um teto máximo de endividamento de sete milhões, catorze mil e duzentos e dez euros (7.014.210,00€). Há neste momento, uma situação financeira que nos permite aliviar os juros, ir à negociação dos mesmos, suspender o Plano de Saneamento Financeiro, para não estarmos obrigados a este cumprimento e àquilo que, eventualmente, nos pode cair de cima se a IGAL ou a IGF vierem fiscalizar o Plano de Saneamento Financeiro, e dizerem que está em completo desequilíbrio, em completo incumprimentos. A situação financeira da Câmara está equilibrada, tem um valor de tesouraria aceitável, exatamente, porque não há realização de despesa de capital, devido às obras dos fundos comunitários que estão paradas. -- Declarou que há vantagens em suspender o Plano de Saneamento Financeiro, tanto mais que o *site* do Tribunal de Contas reflete a quantidade de Municípios que o estão a fazer. Por outro lado, é uma vantagem enorme, fazer cessar o incumprimento sucessivo do Plano de Saneamento Financeiro, ao nível da arrecadação das receitas. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão pediu a palavra para colocar uma questão. Contudo, perante a resposta do Senhor Presidente da Mesa, que o Senhor Deputado deveria manifestar a intenção de intervir no *timing* de inscrição. O Senhor Deputado Pedro Leitão concordou com o Senhor Presidente da Mesa, contudo disse desconhecer que o *timing* definido para se inscrever, deve ser feito antes da intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que no início de cada ponto da Ordem de Trabalhos, abre-se as inscrições e as pessoas inscrevem-se, em seguida fecham-se as inscrições. Quando as discussões levam à interpelação do Senhor Presidente da Câmara, este é último a falar para esclarecer as questões colocadas. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares tomou novamente a palavra, uma vez que não ficou totalmente elucidado nas questões que colocou. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sua resposta, levantou a questão do aumento de tarifas de água, saneamento e resíduos. Anuiu que de facto esse aumento nunca foi aplicado, mas foi de forma consensualmente, como tal, não iria propor tal aumento. É de conhecimento que no momento da votação do Plano de Saneamento Financeiro, nenhum dos Senhores Deputados, na altura, tinha a intenção de aplicar essas tarifas. Indicou que o Senhor Presidente da Câmara, tem conhecimento que os valores que na altura foram calculados, serviram unicamente para que o Tribunal de Contas validasse o processo. Disse que gostaria de voltar a colocar a questão: se não há qualquer dado novo em relação àquilo que tínhamos antes, a não ser a alteração legal, se as vantagens e desvantagens não se alteraram, qual o motivo deste *timing*? -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que percebia a pergunta suscitada pelo Senhor Deputado Nuno Soares, contudo não percebia o seu sentido. Explicou que o *timing* é este, porque é o momento em que o Município de Manteigas alcançou o controlo da dívida, e que do seu ponto de vista, é mais aceitável nestes últimos meses. A data não está escolhida por qualquer calendário. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, colocou a **proposta relativa à suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 97º, da Lei 114/2017 de 29 de Dezembro, à votação, tendo sido aprovada com oito abstenções e nove votos a favor.** No momento da votação não se encontrava presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria para exercer o seu direito de voto. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, em nome do Grupo Municipal do PSD, apresentou à Mesa da Assembleia Municipal uma declaração de voto, que em seguida se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PPD/PSD não pode dar o seu voto favorável à suspensão do saneamento financeiro, na medida em que não existe nenhuma alteração materialmente relevante nas contas municipais no último ano, que leve a ser modificada a posição já várias vezes por nós defendida nesta Assembleia, que o plano de saneamento está desajustado e necessita ser reformulado.

Existem razões várias para esse desajustamento, nomeadamente o ponto de partida, uma vez que o Tribunal de Contas não permitiu que o empréstimo contratado acolhesse toda a dívida que necessitava ser resolvida, impondo um limite bastante inferior.

No entanto, o aspeto fundamental que levou à sua concretização, que foi o endividamento excessivo, embora esteja parcialmente resolvido e tenha sido feita uma forte redução do passivo de curto prazo no mandato anterior, bem como no prazo médio de pagamento, os valores de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

empréstimos a médio e longo prazo estão ainda elevados, o que obriga à manutenção de uma gestão bastante rigorosa quanto às despesas a efetuar.

Acréscita ainda que não foi identificada pelo executivo nenhuma vantagem evidente para que seja já feita a suspensão do plano, pelo que não se percebe a pressa em fazê-lo.

Assim, não sendo evidente qualquer vantagem com a suspensão do plano, não estando a situação das finanças municipais em situação idêntica à que se verificava anteriormente à criação da dívida que levou ao plano, não pode o PPD/PSD votar favoravelmente a suspensão do plano de saneamento financeiro.” -----

----- PONTO 3.4 -----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ADITAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DOS ARTIGOS
CONSTANTES DA PROPOSTA APRESENTADA PELO UNIR E MUDAR MANTEIGAS, RELATIVOS À
----- FORMA DE REDAÇÃO DAS ATAS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, explicou que esta proposta foi apresentada pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, a quem passou a palavra para fazer uma exposição sobre a matéria em apreço. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão explanou que na reunião de líderes prévia à presente reunião, foi discutido se haveria de votar ou não esta pequena alteração para produzir efeitos imediatos. Tendo-se chegado à conclusão de que poderiam assumir, perante toda a Assembleia, o compromisso de trazer propostas concretas de alteração de todo o Regimento, na próxima reunião da Assembleia Municipal. Portanto, assumiu-se o compromisso, que Comissão que está a tratar das alterações ao Regimento, iria olear a maneira como os trabalhos estão a decorrer. -----

Deixou expresso o seu pedido de desculpa, se algum dos membros desta Comissão se sentiu de algum modo atropelado, pelo facto de ter apresentado esta proposta. Contudo, declarou que não se devem sentir assim, porque apresentou previamente esta proposta aos membros da referida Comissão, com cerca de duas ou três semanas de antecedência, relativamente esta reunião. Explicou que pelo facto de não ter obtido nenhum *feedback* por parte da Comissão, pelo facto de o assunto das atas ser uma matéria que toma tanto tempo da Ordem de Trabalhos e das pessoas que trabalham para a esta Assembleia Municipal. Para além de serem atas extremamente extensas, que podem ter pelo menos metade do tamanho e da complexidade. Considerou, por bem, tomar a iniciativa de apresentar esta proposta. Disse que jugava que já terá sido transmitido pelos restantes líderes às respetiva Bancadas, o compromisso que estão dispostos a assumir para fazer as alterações nesse sentido. Deixou à discussão da Assembleia Municipal se este ponto deverá ou não ser votado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature and initials

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou uma palavra para prestar um esclarecimento relativamente ao aditamento de dois pontos à Ordem de Trabalhos. Referiu que a convocatória desta reunião foi feita atempadamente. Sendo que desde que assumiu o papel de presidir a Assembleia Municipal de Manteigas, as convocatórias são feitas com onze dias de antecedência da data da referida reunião. A Lei 75/2013 refere que são oito dias, contudo, no passado os inspetores do IGAP fizeram uma auditoria a esta Assembleia Municipal e sugeriram que a convocatória fosse realizada com onze dias de antecedência, devido ao tempo que os correios demoram a entregar a correspondência (que são dois ou três dias), sendo que os membros da Assembleia têm de receber, obrigatoriamente, a convocatória com oito dias de antecedência da data da reunião. Atualmente, o correio eletrónico permite que as pessoas recebam um documento no momento quase imediato ao momento em que o mesmo é remetido. Ainda assim, quis manter prazo de onze dias de antecedência. -----

Neste contexto, referiu que quando o Senhor Deputado Pedro Leitão lhe enviou a proposta de introdução de mais dois pontos na Ordem de Trabalhos, a convocatória já tinha seguido para os Senhores Deputados, como tal sugeriu-lhe que seria interessante que este ponto fosse apresentado pela Comissão da alteração ao Regimento e não por ele individualmente. Apesar disso, o Senhor Deputado solicitou o aditamento deste ponto na Ordem de Trabalhos, tendo avocado que não tinha resposta por parte Comissão. Por outro lado, a Lei 75/2013 é contraditória e no artigo 27.º relacionado com o funcionamento da Assembleia Municipal, refere que as reuniões devem ser convocadas com uma antecedência mínima de oito dias, por edital e por carta, com aviso de receção, mas a mesma lei, no artigo 53º, refere que no que diz respeito a qualquer órgão autárquico na generalidade, a convocatória deve ser feita com cinco dias de antecedência. -----

Aludiu que o Senhor Deputado Pedro Leitão, que tem formação na área do Direito, explicou-lhe que uma questão é a convocatória da reunião, outra questão é a Ordem de Trabalhos. Na Assembleia Municipal de Manteigas, a convocatória inclui a Ordem de Trabalhos, que teoricamente é a definitiva, mas a lei diz que a Ordem de Trabalhos definitiva só tem de ser apresentada com dois dias de antecedência aos Deputados Municipais. O que considerou não fazer sentido, porque as pessoas têm direito a receber informação atempadamente. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo, no uso da palavra, referiu que no que concerne ao aditamento ao regimento, relativo à forma de redação das atas, este ponto só pode ser engano. Depois de já ter havido tantas declarações da parte dos Senhores Deputados e posições já definidas. Com uma comissão eleita democraticamente, é simplesmente um absurdo. Disse que considerava esta proposta um atestado de incompetência à comissão e de uma maneira geral aos Deputados que a elegeram. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Recordou ainda, que na última Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de junho, tinha indicado que já tinha dado o seu contributo à referida comissão. Disse ainda haver aditamentos ou alterações, sendo que é disciplinar os tempos das bancadas, conforme a sua representação.

----- O Senhor Deputado António Fraga referiu que o Senhor Deputado Pedro Leitão não tem de pedir desculpa, nem se sentir constrangido, porque tem direito à opinião. Contudo, a Bancada do Partido Socialista, que é liderada pelo Senhor Deputado António Fraga, não podia ter outra consideração sobre esta matéria em apreço, sobretudo a partir do momento que o próprio, em conjunto com a Senhora Deputada Oriana Morais, já tinham debatido sobre as alterações ao Regimento. Informou que por motivos profissionais tem-lhe sido impossível, ultimamente, reunir para debater as alterações ao Regimento. Mais, recordou que em anteriores reuniões preparatórias, foi dito que assim que a Senhora Deputada Oriana Morais lhe dê algum feedback sobre esta matéria, iria convocar os seus colegas de bancada, para também avalizarem essas alterações e tentarem um consenso com as outras bancadas da Assembleia Municipal, com vista a apresentar o trabalho ao Senhor Presidente da Mesa. -----

Face ao exposto, e apenas pelas razões avocadas, declarou que o Partido Socialista ia votar contra este aditamento, proposto pelo Senhor Deputado Pedro Leitão. Porque de resto, também se iam debruçar sobre o que está exposto no aditamento supracitado. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, adiar este ponto da Ordem de Trabalhos para uma próxima reunião. -----

----- PONTO 3.5 -----

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS NOTÍCIAS RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DA LOJA DOS CTT EM MANTEIGAS, E TOMADA DE POSIÇÃO OFICIAL PERANTE OS ÓRGÃOS DO ESTADO SOBRE O ASSUNTO, BEM COMO PERANTE A PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

----- CORREIOS DE PORTUGAL – S.A. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que esta proposta foi apresentada pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, a quem passou a palavra para fazer uma exposição sobre a matéria em epígrafe. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão avocou que é conhecimento de todos o assunto do encerramento da Loja dos CTT em Manteigas. Há algumas pessoas que lhe fazem chegar a sua opinião: que será uma falsa questão, porque os serviços dos CTT serão assegurados por um particular, que terá uma licença, e abrirá uma loja, mantendo os serviços como eles existem atualmente, mas em outras instalações e com outros moldes, que em termos privados, dirão respeito aos CTT e à pessoa que assumirá esse compromisso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Afirmou não partilhar desta opinião, tendo tomado a liberdade de escrever um pequeno texto no sentido de poder conduzir melhor a sua exposição, sobre esta matéria, que posteriormente adquiriu a forma de Moção, que leu e que em seguida se transcreve. -----

“Moção

Apresentada à Assembleia Municipal

Pelo Grupo Unir e Mudar Manteigas

No passado mês de agosto fomos abalados por uma triste notícia, reveladora do voto ao esquecimento de que o interior do País é constantemente alvo, e que em face da nossa eventual inércia, pode bem ser espelho do futuro que é reservado para o Nosso Concelho. Falamos da notícia do encerramento da Loja dos CTT – Correios de Portugal situada em Manteigas.

Segundo consta, o encerramento da loja é definitivo. Segundo foi informado pelos CTT, um particular irá assumir a prestação do serviço universal de Correios, sendo “garantia” da manutenção da qualidade e eficácia dos serviços.

Mas os números não mentem – lucros dos Correios de Portugal caíram para 64,8% relativamente ao que eram, para cerca de sessenta milhões de euros no primeiro semestre de 2018; as coimas aplicadas pela entidade reguladora também não. A CTT – Correios de Portugal S.A. já falhou com as condições impostas pelos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho. Ao mesmo tempo, vamos assistindo a uma postura incompreensível da Administração daquela sociedade, que em certos anos distribui dividendos em maior valor que os lucros que obtém, naquilo que, nas palavras do João Cravinho, não é mais que “a desnatação” dos CTT.

Há muitos anos atrás, a garantia de um serviço postal universal era dado garantido no nosso Estado. A República Portuguesa, na pessoa de todos e cada um dos seus cidadãos, podia orgulhar-se, em conjunto e em comunhão, de dizer que garantia aos seus habitantes um serviço postal de qualidade, inclusivo, não discriminatório. Fosse habitante do interior ou do litoral, do norte ou do sul, a todos os cidadãos era garantido o acesso a um dos mais antigos e importantes instrumentos de coesão nacional que se consegue apontar – os Correios. E isso, caros concidadãos, era motivo de orgulho, porque era uma demonstração objetiva da capacidade do povo português, em união, dizer que coloca de lado a viabilidade económica de determinado serviço, para garantir que o seu vizinho tem acesso a ele, nas mesmas condições condignas em que ele próprio o tem.

E motivo de orgulho eram muitas outras medidas que contribuía positivamente para a integração e comunhão do interior num sentimento de pertença e de preocupação mútua.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Com o tempo, porém, os resultados práticos dessas tentativas esvaneceram no tempo fruto da incapacidade constante da Administração Central dar resposta aos problemas que assolaram as zonas descentralizadas do país. O Interior foi ficando esquecido.

Após a recessão económica ter deitado o país por água, fruto de demasiados factores externos para ser produto único e exclusivo de políticas mais para o rosa ou para o laranja, certo é que durante o esforço de o manter à tona, a soberania do povo espelhada naquela que, já a custo, ia sendo a prevalência do interesse colectivo, foi ainda mais colocada de lado, para dar aso a uma governação crescente ligada à redução da despesa pública sem o mínimo respeito pelas consequências das drásticas e rápidas reduções na vida das populações. Ninguém se preocupou com as consequências das políticas levadas a cabo nas zonas do interior.

Em virtude disso, e como não podia deixar de acontecer, o interior, de si já deserto, foi ficando cada vez mais à mercê da sua sorte, num marasmo sem precedentes.

Mas a vida no interior continua. Tristemente, acordamos mil numa manhã, só para acordarmos novecentos na outra. Com algum carinho especial, continuávamos a agarrar-nos a algumas coisas indiferentes nos grandes centros urbanos, mas que a nós, enquanto parte de algo maior, nos fazia sentir que pertencíamos a esse algo maior.

Já não dizemos com orgulho que vamos ao nosso hospital, ou raramente vamos com orgulho ao nosso cinema. O trabalho árduo e dedicação do poder autárquico ainda nos permite ir à nossa Câmara, aos nossos serviços, à nossa biblioteca. Mas já não vamos ao nosso colégio, à nossa Escola Superior. Em Sameiro ou Vale de Amoreira, já não se vai com orgulho à escola primária. Por enquanto, ainda se vai com orgulho à Junta de Freguesia.

Assim, é ainda (mas até quando?) com um certo orgulho que só quem sente na pele o desapossamento cada vez maior da igualdade que outrora já sentimos, que dizemos que vamos aos correios. É o nosso interesse público, de todos e cada um dos Manteiguenses, dizer que vai aos Correios, que sempre foram nossos. Um cidadão do concelho ainda pode dizer, com o mesmo orgulho e dignidade que qualquer outro cidadão do país, que vai aos Correios. Já não somos iguais na saúde, nos transportes, na educação. Ainda somos iguais nos Correios. Mas até quando?

Por todo o exposto, propõe-se qua a Assembleia Municipal de Manteigas

Demonstre publicamente a sua mais profunda indignação relativamente à intenção de encerramento da actual loja dos CTT no Município de Manteigas, exortando o Governo Central a que use dos poderes de império do Estado para fazer prevalecer o interesse público no acesso universal ao serviço dos correios, com a manutenção das infraestruturas adequadas para o efeito e a dignidade social de poder ter ao serviço uma efectiva loja da rede nacional dos CTT,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Martins

como sempre existiu, e como garante da coesão social nacional, em detrimento do interesse privado- económico do grupo CTT.

Envie a presente Moção ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Governo de Portugal e à Assembleia da República Portuguesa, para que dela tomem conhecimento.

Os Deputados da UMM

António Pedro Santos Leitão

Ana Maria Saraiva Matos

Os deputados Signatários

Joaquim Martins Fonseca Albuquerque

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves

José Quaresma Pinheiro

Odete da Graça David Ganilha Almeida

Alfredo Serra de Carvalho Marcelo

Daniel António Quaresma Costa

Nuno Manuel Matos Soares

José Manuel Novo de Matos

Joaquim Neves Biscaia

António Miguel Aldeia Carvalho

António José Ascensão Fraga”

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, referiu que gostava de começar a sua intervenção por dizer que é Deputado da Assembleia Municipal de Manteigas, eleitos pelos Manteiguense. Considerou que há questões nas quais, por vezes, é permitido e até se deve fazer floreios políticos. No seu ponto de vista, no assunto dos CTT não devem ser feitos esses floreios políticos. Afirmou que a Câmara Municipal não tem culpa que a Loja dos CTT feche em Manteigas. Declarou que só se fosse muito hipócrita é que podia fazer política disto, tal como o Executivo anterior também não teve culpa que os carteiros tivessem ido para Belmonte. Esta Câmara e a Câmara anterior lutaram com as armas que tinham e com as armas que podiam lutar, sendo isso bem visível. -----

Disse que também não podia ser hipócrita em outra situação, tendo sido por esse motivo que tinha feito referência, no início desta intervenção, que foi eleito pelo povo de Manteigas. A maior parte das pessoas presentes nesta sessão, tal como ele já apoiaram governos. E sobre “governos” recordou aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, na entrevista que concedeu à SIC, quando referiu “governos” no plural. Sublinhou que nunca ouviu ninguém em Manteigas a dizer isto. Mas a verdade é que esta situação não é culpa de um só governo, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

culpa de muitos governos. Não vale a pena andar com floreios políticos quanto a isto, não vale a pena e não faz sentido algum imputar as culpas uns aos outros, dizendo que a culpa é do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata. A realidade é que Manteigas ficou mais pobre, a realidade é que isto foi uma luta de *David* contra *Goliás*, o *Goliás* é os CTT e o *David* é a Câmara Municipal de Manteigas. -----

O concelho de Manteigas não é caso único, inicialmente a loja dos CTT ia fechar apenas em Manteigas e Fornos, agora são onze os concelhos do Distrito da Guarda onde esta situação será uma realidade. -----

Explanou que se esta é uma situação irreversível, não foi por culpa do anterior Executivo, nem por culpa atual Executivo e é preciso dizer isto às pessoas. Tendo em conta que é de conhecimento que o serviço vai passar para um privado, que o serviço vai continuar a ser prestado, apenas a parte financeira é que não vai transitar, sendo que há muita gente em Manteigas, que julga que não vai ter serviço. A título de exemplo, referiu que há pessoas com mais de setenta anos que vêm ter consigo, e expressam o pensamento de que vão ficar sem os CTT. Face ao exposto, indicou que embora tivesse consciência que a Câmara não tenha a obrigação, contudo tem o dever de esclarecer a população. Como tal, sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara, que fosse realizada uma sessão de esclarecimentos, em todas as freguesias deste concelho, para que as pessoas perceberem realmente o que se vai passar. Fez votos que as considerações tecidas nesta explanação sejam levadas em conta. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro. Disse que corrobora com a sua intervenção, visto que pensa da mesma maneira. Declarou que, infelizmente, pensa-se que se está a votar nas pessoas, mas a verdade é que se vota nas políticas e em tudo o que está envolvente. Na sua opinião, a intervenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro é muito positiva. Considerou que cabe aos Senhores Presidentes das quatro Juntas de Freguesia do concelho, fazer esse ato de civismos e de pedagogia, em relação aos seus fregueses, através de editais e reuniões públicas. Nesse seguimento deixou esse repto aos Senhores Presidentes das quatro freguesias do concelho, tendo manifestado que gostaria de ouvir a opinião dos mesmos sobre este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, no uso da palavra, explanou que trata-se de um assunto muito sério e não é único em Portugal, é uma opção neoliberal que está a atravessar toda a Europa. No que diz respeito ao repto lançado aos Senhores Presidentes de Junta, aluiu que há cerca de um ano tinha convidado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira para fazerem uma parceria. Ou seja, para criarem sinergias, em que as duas freguesias, em parceria com os CTT, contratariam uma pessoa remunerada pelas duas freguesias. Considerou ser uma estratégia a repensar face a esta tragédia que se avizinha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature and initials

Na sua opinião os mais atingidos, serão, mais uma vez, as freguesias rurais, pois serão estas que terão maior dificuldade em lidar com esta situação. Logo, é mais uma ocasião para darem as mãos e criarem um esforço sinérgico, partilharem os poucos recursos financeiros que dispõem. Declarou publicamente que têm de conversar e juntarem-se para resolverem este problema. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes. No que concerne à sessão de esclarecimentos, referiu que nos meios de comunicação social foi transmitida a notícia bombástica que os CTT iam fechar em Manteigas. Declarou que a notícia em causa, para si não foi novidade, porque já tinha conhecimento que isto iria acontecer, era apenas uma questão de tempo. Considerou que a explanação realizada pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, sobre esta temática, é uma verdade e subscreveu-a. -----

Declarou que perante uma realidade destas, apenas lhes resta criar alternativas. Sendo que da sua parte já tinha essas alternativas alinhadas, apenas não as colocou em prática, porque percebeu que havia uma negociação entre os CTT e uma outra entidade e não quis “furar” a negociação e como tal reservou-se. Quanto ao resto, a informação já está a ser transmitida à população há muito tempo, ainda antes de a notícia ter vindo a público. -----

Indicou que, quinze dias antes desta notícia se tornar pública, já estava a tratar, porque tinha a informação fidedigna que o serviço não sairia de Manteigas, apenas desconhecia se iria para a Câmara, para uma Junta de Freguesia ou para um privado. Declarou que da sua parte o serviço postal não terminava em Manteigas. Embora não tivesse sido abordado pelos CTT, mas se tivesse sido não hesitava duas vezes, e a Junta de Freguesia teria que ficar com os CTT. Informou que a divulgação da informação e o esclarecimento da população já está a ser prestado há muito tempo. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira indicou que concordava com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, no sentido que devem reunir esforços, porque, mais uma vez, as freguesias que presidem são as mais prejudicadas. No que diz respeito às ações de divulgação e de sensibilização da população, disse estar sempre recetivo a desenvolver este tipo iniciativa junto da população. Recordou que num passado bastante recente, a Junta de Freguesia de Vale de Amoreira contactou os CTT, no sentido de propor a colocação de um serviço de *payshop* no edifício da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira. Explicou que seria um serviço simples, sendo que a Junta de Freguesia pagaria todos os custos relativos ao equipamento e sua à manutenção, no entanto foi totalmente negado pelos CTT. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa sublinhou que a situação que se está a passar em Manteigas, está a acontecer por todo o país, desde que privatizaram os CTT. Mencionou que o Senhor Presidente da Câmara começou logo no terreno a trabalhar. Recordou que há cerca de três reuniões atrás, redigiu uma Moção que foi aprovada, por unanimidade, nesta Assembleia, alertando para esta situação a nível nacional, pois ainda não se falava em Manteigas. -----
Explicou que quando veio a público o caso do encerramento da Loja dos CTT em Manteigas, entrou em contacto com o Senhor Presidente da Câmara, onde manifestou que gostava de se pronunciar sobre este assunto, sendo que na sua opinião, apenas fazia sentido se tal fosse em conjunto com toda a Assembleia Municipal. Contudo, a reunião do Órgão Deliberativo estava marcada para o dia 28 de setembro, e a Loja dos CTT iria encerrar no dia 30 de setembro, logo não teria qualquer efeito neste processo. Recordou que o Senhor Presidente tinha-lhe respondido que o Presidente da Assembleia, no exercício das suas funções, podia agir individualmente, sem ter de estar suportado por uma decisão de toda a Assembleia Municipal. ----
Face ao exposto, tomou a decisão de remeter missivas para todas as entidades competentes. Informou que os únicos que lhe responderam foi o Exmo. Senhor Primeiro Ministro, o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República e o Exmo. Senhor Presidente da República, que informaram que iriam remeter o assunto para o Senhor Ministro da Tutela. Indicou que nenhum dos Senhores Presidentes dos Partidos, que têm assento na Assembleia da República, nem sequer o Partido Comunista, nem Os Verdes lhe reponderam a essa missiva. -----
Fez alusão que nessa missiva era referido que ia ficar na consciência de quem tem o poder e pode tomar decisões, a culpa de uma terra como Manteigas, de interioridade, ficar sem um serviço que lhe conferia alguma de qualidade de vida, isto numa terra onde a qualidade de vida já é muito má. Declarou que mesmo assim, não obteve resposta de nenhum dos partidos. -----
----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra para fazer uma explanação à cerca desta matéria. Aluiu que, relativamente à proposta feita pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, não se importava de fazer um comunicado à população e o mesmo ser divulgado no *site* da Câmara. Contudo, considerou que não é o *timing* certo para o efeito, porque pese embora tenha a certeza que é uma situação irreversível, continua a ser contra o encerramento da Loja dos CTT. Mais acrescentou que, quando nos disponibilizamos para promover a mudança, o encerramento da loja e o esclarecimento que os serviços vão ser prestados, isso pode ser feito de forma acutilante, avocando que discordamos. Declarou que quando se transmitir a ideia de que vai haver serviços dos CTT que vão continuar a ser prestados por um privado, não pode afiançar a qualidade dos mesmos, porque não queria ficar com nenhum peso na consciência. Não pode estar a afirmar aquilo que não tem a certeza que vai ser feito, sendo que era contra esta situação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No seu ponto de vista compete aos CTT esclarecerem a população e ficarem com a responsabilidade, caso os serviços não sejam prestados com qualidade. Deu conhecimento que há Câmaras Municipais que começaram a negociar com os CTT e depois recuaram, porque isso até é crime e explicou o porquê: o Estado privatiza os CTT, a empresa privada encerra as lojas, as Juntas de Freguesia, ou outra entidade qualquer, abre as lojas a custo próprio, isso é o erário público a substituir a despesa de uma empresa privada, isso é ilegal. Frisou que nunca contribuirá para nenhuma negociação no sentido de endossar o serviço dos CTT seja a quem for, com custos da Câmara Municipal. -----

Indicou que o Senhor Presidente do Conselho de Administração dos CTT, propôs-lhe que para garantir a melhor qualidade do serviço, a Câmara indicasse um operador económico em Manteigas, que considerasse ter condições para o efeito, ou seja uma loja com a imagem, com gente que atenda bem o público. Explicou que a sua resposta foi negativa, porque se era contra o encerramento da Loja dos CTT não ia arranjar um operador onde encaixar o serviço. Declarou que não contavam com ele para fazer um trabalho desses. Explanou que não queria dar lições a ninguém, contudo as instituições públicas nunca devem com o seu orçamento substituí-se às empresas privadas, porque é isso que eles querem. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento que a Mesa da Assembleia recebeu, nesta data, uma moção de censura e rejeição por parte da Assembleia de Freguesia de Santa Maria, assinada pelo Senhor Francisco Saraiva Carvalho. Nessa moção é manifestado que rejeitam e reprovam, totalmente, o encerramento da loja dos CTT, e a entrega dos serviços a privados. Indicou que o documento será digitalizado e remetido por *e-mail* para todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, deu nota que, secundado aquilo que o Senhor Presidente da Mesa disse e fez, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, ele próprio, na qualidade de Presidente da Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tinha questionado a Direção dos CTT sobre aquilo que se vinha a noticiar sobre esta matéria. Explicou que para si já não era notícia, porque já há vários meses que tinha conhecimento da intenção dos CTT em fecharem uma série de lojas no Distrito da Guarda. Portanto, quando a Comunicação Social tornou pública essa informação, questionou diretamente a Direção dos CTT, sobre o que tinham decidido, quais os critérios de decisão e o motivo de mais uma vez, o interior ser prioritário na perda de serviços públicos. Informou que, o Senhor António Pedro Silva, administrador executivo dos CTT, respondeu-lhe muito amavelmente e com tanta celeridade que até achou estranho. Nesse seguimento, leu apenas um excerto dessa missiva e que em seguida se passa a citar: *“a continuidade do serviço postal universal, bem como os demais serviços postais e ainda do pagamento de vales e prestações sociais, pensões*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e todas as outras, além do pagamento de faturas, será sempre assegurado. Não implicará nenhum impacto em termos de cobertura da rede postal, procurará garantir horários de funcionamento mais alargados do que atualmente, beneficiando dessa forma as populações de Manteigas e de Fornos de Algodres e a convivência dos serviços que lhes são prestados. O processo de formação, acompanhamento e suporte dos pontos alternativos será assegurado pelos CTT, que continuarão direta e pessoalmente sujeitos à obrigação da concessão do serviço postal universal, que lhes está atribuída, será atempadamente partilhada pelas respetivas autoridades locais. No caso de vir a ocorrer a associação a parceiros, os CTT dinamizarão a economia local e a criação de emprego da região". -----

Sublinhou que na missiva está destacado a negrito: “*será atempadamente partilhada com as respetivas autoridades locais*”. Explicou que esta é a parte que mais o preocupa, porque sabe-se agora, que os CTT não tinham a intenção de fechar duas lojas, uma em Manteigas e outra em Fornos, mas apenas deixar abertas três lojas no distrito da Guarda, que são: Seia, Guarda e Sabugal, tal como já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Disse que se pela bondade da resposta podia, de certa forma, ficar acomodado, visto que foi garantido que os serviços continuam a ser prestados, o mesmo não poderá dizer com os desenvolvimentos que se vieram a verificar. Porque, uma das questões que o Senhor Administrador fez questão de realçar, era a atempada partilha dessa informação com as autoridades locais, tal não aconteceu. Ora quem não diz a verdade uma vez, leva-nos a questionar se das outras vezes estará também a dizer a verdade ou se as coisas não andaram tão verdadeiras quanto aquilo que ele quis fazer transparecer nesse momento. -----

Segundo o que visualizou numa rede social, já é público que será uma empresa privada de Manteigas, que ficará a prestar este tipo de serviços de uma forma indireta. Disse que desconhece o contrato que foi feito, assim como quais serão as instalações. Aparentemente, os CTT estarão a precaver essa situação através de um contrato de sub-prestação de serviços. Alegou que, tal como o Senhor Deputado Eduardo Monteiro disse na sua intervenção, isto não é uma questão de partidos, é uma questão local, logo nem sequer ia explanar qual é a sua opinião pessoal sobre todo este assunto, apenas exprimia que a Bancada do PSD era contra esta situação e utilizarão os meios que houver ao alcance, para tentar que esta solução não seja implementada e para que seja estudada uma solução alternativa, em que os Correios garantam a quantidade e a qualidade de serviço, que estão obrigados pelo contrato de concessão pública do serviço postal universal. -----

Informou que a Senhora Deputada Ângela Guerra, do Distrito da Guarda, questionou e fez um requerimento ao Governo, ao Senhor Ministro da Tutela, sobre esta situação, e pelo que tinha conhecimento, esta ainda não obteve qualquer resposta. Declarou que, continuaria a utilizar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Antunes
20

sua posição de Presidente da Assembleia da CIM BSE, para obter informação e tentar que esta situação não se concretize, na mesma linha que o Senhor Presidente da Câmara o fará com as armas que tiver, mas de facto isto é uma situação de “*David contra Golias*”. Esclareceu que não se resignava, mas que sinceramente não tinha grande esperança que consigam chegar a bom porto e ver a nossa reivindicação satisfeita. -----

Explanou que isto não é uma questão de liberalismo, todos têm de ter consciência que de facto o mundo mudou, as cartas já não são aquilo que eram há dez ou vinte anos atrás. Quando se envia um *e-mail* tem de se ter consciência de que isso tem impacto na estrutura social em que vivemos. Mas isso levava a para outra questão, que é discussão da reforma administrativa do Estado. -----

Por último, deu nota que a Comunidade Intermunicipal tem uma posição tomada a nível dos Municípios contra esta situação, sendo que o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento desse documento. No seu ponto de vista, seria importante que a Assembleia Municipal de Manteigas apoiasse a tomada de posição que foi feita pela CIM BSE nesta matéria, ou seja, que a Assembleia Municipal vote o apoio ao documento que foi produzido pela CIM BSE. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara considerou que a Comunidade Intermunicipal devia ter mandado para as Assembleias Municipais o documento que produziu e pedir que o mesmo fosse votado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém deseja usar da palavra sobre esta matéria, verificando que não havia mais inscrições, colocou a **Moção apresentada pelo Grupo Unir e Mudar Manteigas, relativamente aos CTT, à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade dos presentes, com treze votos a favor.** -----

Antes de prosseguir com a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa referiu que, uma vez que no início da sessão não teve a oportunidade de dirigir uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, utilizava agora este momento para o fazer. Agradeceu a forma como recebeu esta Assembleia Municipal, assim como cedeu as instalações para a realização da reunião preparatória dos líderes, e todo o cuidado que teve na montagem e decoração da sala, onde decorreu esta sessão. -----

Deu conhecimento que foi-lhe oferecido, pelo seu amigo João Gralheiro, um livro sobre os Baldios, sendo que de todo os que já tinha lido sobre esta temática, este faz a síntese de tudo, é um trabalho brilhante, que foca desde a parte histórica até à última lei 75/2017. No seu ponto de vista é um livro interessantíssimo para mostrar ao pessoal dos Baldios. -----

Anunciou que, com tristeza, não poderia estar presente nas comemorações dos 400 anos da Misericórdia de Manteigas, que terão lugar no dia 19 de outubro. Explanou que gostaria mesmo de estar presente, na medida que considera ter uma dívida de gratidão em relação à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Misericórdia de Manteigas. Pois durante o tempo que esteve nesta terra como médico, viveu no Hospital da Misericórdia de Manteigas. Explicou que no dia das comemorações já tem marcado os exames na faculdade e não pode adiar os mesmos. Indicou que solicitou ao 2º Secretário da Mesa, o Senhor Deputado Daniel Costa que estivesse presente neste evento, mas também este não pode estar presente, como tal a Mesa da Assembleia Municipal será representada pela Senhora 1ª Secretária da Mesa, a Senhora Deputada Patrícia Martins. -----

----- PONTO 3.6 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA
----- PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três três**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----

----- PONTO 4. -----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém deseja usar da palavra sobre a Informação do Senhor Presidente da Câmara. Verificando que não havia inscrições para intervir, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, no uso da palavra, referiu que na Assembleia de Freguesia de Sameiro, realizada no dia 21 de setembro, foi colocada a questão sobre o ponto da situação da Mostra Gastronómica de Sameiro, mais conhecida por Restaurante Sabores Serranos. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto da situação. Agradeceu ao Senhor Presidente de Câmara a atenção e a delicadeza que tem colocado nos pequenos pormenores de funcionamento, inerentes à Freguesia de Sameiro, e que tem permitido o bom funcionamento, inclusivamente, com todo o apoio estrutural que foi prestado nas festividades e que permitiu que as mesmas decorressem da melhor maneira. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, recordou que no início desta reunião tinha colocado algumas questões que acabaram por não ser respondidas. Desconhecia se poderiam ser respondidas neste ponto da Ordem de trabalhos, mas caso não fosse oportuno poderia simplesmente guardá-las para a próxima reunião. Disse que queria apenas fazer a exortação ao Executivo para que convocasse o Conselho Municipal da Juventude, porque ainda não teve nenhuma reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Atendendo que houve um munícipe que falou consigo e com o Senhor Vereador Francisco Elvas, relativamente ao estado do piso no Largo da Liberdade, disse ter conhecimento que este assunto já está em fase de apresentação de projeto, de qualquer forma deixou a sugestão, para neste impasse de tempo até se executar o projeto, se pudesse emendar o estado das pedras.—
Relativamente as obras de recuperação do *Deck*, junto ao coreto da Igreja de São Pedro, referiu que foram colocadas umas chapas num determinado dia e só no dia seguinte, as mesmas foram aparafusadas. Tal facto levou a que um munícipe caísse nas chapas que ficaram por aparafusar e magoou uma perna. Esclareceu que o munícipe, em causa, não apresentou nenhuma comunicação à Câmara, mas este facto aconteceu. Face ao exposto deixou uma chamada de atenção para que isto não volte a acontecer. -----

Disse que lhe foi transmitido por um munícipe, que foram colocadas lombas na rua de Santa Maria. Segundo parece as mesmas ainda não foram pintadas, sendo que de noite a falta de visibilidade e de sinalética a alertar os automobilistas, pode provocar acidentes. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo explanou que depois de tanto se falar e de se fazer muitos alertas, sobre o nosso património urbanista, nunca é demais falar sobre este o assunto. Disse que é de conhecimento de todos os abusos que têm sido praticados por parte das grandes empresas das telecomunicações, da P.T., EDP, MEO, NÓS, Cabo Visão, entre outras, e a forma como continuam a tratar o nosso património urbanismo. Depois de tanto esforço da Câmara Municipal, das entidades públicas e particulares para o arranjo e embelezamento do nosso Concelho, é de lamentar que estes “Monopólios” estejam a estragar cada vez mais, com abusos de mau gosto visual, a nossa terra. -----

Declarou que como uma simples fotografia, fala mais do que mil palavras, mostrou e entregou uma fotografia à Assembleia Municipal e ao Órgão Executivo, através na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, para lembrar que têm de se unir e tentar fazer mais e melhor. Por último, recordou que foi com muito esforço por parte da Câmara Municipal, que foi possível a sede do Parque Natural da Serra da Estrela em Manteigas ter a “cara lavada”. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha recordou que tinha colocado uma questão no ponto dois quatro da Ordem de Trabalhos, sobre o comissário da CPCJ, que ainda não tinha sido respondida. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, comunicou que desde a última sessão da Assembleia Municipal até esta data, em representação da Assembleia Municipal de Manteigas, na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, participou no dia 14 de julho na inauguração da sede da CIM, onde esteve também presente a Senhora Vice-Presidente, em representação da Câmara Municipal. Deixou o convite para que todos visitem a sede da CIM BSE, situada junto à Sé, no Largo Luís de Camões, onde antigamente funcionava a Câmara da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Guarda. Indicou que na sua opinião a sede ficou muito engraçada, é uma obra interessante, pela combinação do antigo edifício com o novo arranjo que lhe foi dado. Anuiu, que finalmente a CIM BSE tem instalações condignas, para poder trabalhar e servir os nossos Municípios. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, pediu desculpa ao Senhor Deputado Pedro Leitão, porque de facto algumas das questões que tinha colocado no ponto dois quatro da Ordem de Trabalhos, não tiveram resposta. Sendo certo, que há outras questões que o Senhor Deputado tinha abordado e que já tinha solicitado que lhe fizessem chegar a informação, tais como o protocolo do CCD. No que diz respeito aos documentos de prestação de contas do CCD, disse que ia remeter para o serviço Jurídico do Município informar, se legalmente os mesmos podiam ser cedidos, dado que se tratam de documentos de uma associação, não são do Município. No que diz respeito à documentação relativa à *Eurocivis* será cedido o protocolo ao Senhor Deputado Pedro Leitão. Informou que esse protocolo foi celebrado na Câmara e os Senhores Vereadores têm cópia do mesmo. Esclareceu que este evento não se trata de um passeio, O Senhor Presidente vai em representação do Órgão Executivo e terá um horário já delineado entre às 08h30 da manhã até às 20h30 da noite, com reuniões. -----

No que concerne à turma do 1º ano do Ensino Básico, a mesma foi constituída. A Câmara esteve sempre próxima da Secretaria de Estado e do Ministério da Educação, para que de facto as coisas corresse pelo melhor. O mesmo aconteceu relativamente à turma do 1º ano da Escola de Hotelaria, que não estava homologada e após intervenção do Município junto da Secretaria de Estado foi obtida essa homologação, exatamente pelas condições de Manteigas neste Interior. Deu nota que nessa altura teve a oportunidade de falar do que estava a acontecer em Manteigas com o fecho da Loja dos CTT, exemplificando que este concelho não pode estar a ser semeado com tudo o que a lei impõe. A lei diz que não pode haver turmas com menos alunos, mas depois tem uma ressalva que avoca: salvo se for aprovada por despacho e assim aconteceu -----

Mencionou que será escusado dizer a enorme pressão que a Câmara exerceu junto de todos os Secretários de Estado da área do Ambiente, para que o edifício do Parque Natural da Serra da Estrela fosse pintado. Chamou à atenção, que curiosamente retiraram o andaime e ainda falta pintar as arcadas na parte de cima do edifício. -----

Explanou que a questão da saúde em Manteigas já foi respondida nesta Assembleia. Foi uma questão levantada por si próprio na última Assembleia Municipal. Porque o caso avocado das vinte e nove pessoas que foram para Guarda de urgência, foi exatamente nessa época, porque havia um surto de gripe na Santa Casa da Misericórdia, sendo que ele próprio assistiu à viatura VMER ir atrás do INEM, com paragens no caminho, a acompanhar os doentes que iam daqui para o hospital da Guarda. Declarou que esta situação é grave e o SAP encerrou, tal como disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o Senhor Deputado António Fraga. Fez votos, que após este assunto ter sido levantado por duas vezes no Órgão Deliberativo, que a situação mude, visto que também há responsabilidades locais. Recordou que foi questionado o que é que o Presidente da Câmara poderá fazer para que esta situação seja sanada. Declarou que tem estado em cima do acontecimento, tem linha direta, como tem qualquer autarca, para a ULS da Guarda e utiliza-a muita vez, sendo que por vezes é duro naquilo diz e reivindica, porque é eleito. -----

Reiterou o pedido que já tinha feito ao Senhor Presidente da Mesa, em outra reunião do Órgão Deliberativo, relativamente às questões que lhe são colocadas pelo Senhores Deputados. Questionou se é possível juntar o ponto cinco ao ponto dois quatro da Ordem de Trabalhos, porque ambos são de intervenção dos Senhores Deputados. Na sua opinião seria mais prático, porque o ponto cinco é uma repetição do que já foi tratado no ponto dois quatro da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Manteigas sempre houve um último ponto designado de “*Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho*”, contudo deixou em aberto que pode haver lugar à mudança, pois concorda com tudo o que vai no sentido de flexibilizar esta Assembleia e dinamizá-la em termos dos tempos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu com a sua explanação, esclareceu que relativamente ao Largo da Liberdade, o projeto final ainda não está pronto, o Município está a tratar agora com outra entidade a preparação de toda a documentação para o lançamento do concurso de ideias e só depois é que vem o projeto. Disse que pretendia que este processo seja mais célere do que tem sido, para que no primeiro trimestre de 2019 o projeto esteja pronto, de forma a ser candidatado no âmbito do PARU. Indicou que irão tentar resolver alguns problemas do Largo da Liberdade. No que concerne ao *Deck*, disse já ter verificado que o trabalho não está muito bem executado, terá de ser reparado. Elucidou que as lombas na Rua de Santa Maria não estão terminadas. As mesmas foram feitas e não ficaram em condições, não tinham altura suficiente para travar a velocidade. É verdade que também não se pretende que sejam iguais às que estão na entrada da Vila, contudo necessitam de ser mais elevadas, sendo evidente que que necessita de sinalização, mas o trabalho ainda não está terminado. -----

Aludiu que será convocado o Conselho Municipal da Juventude para reunir. Contudo, o mesmo não é muito alargado, sendo que futuramente esta Assembleia Municipal terá que se pronunciar sobre uma alteração ao respetivo Regulamento. Isto porque, o mesmo prevê o assento das juventudes partidárias, representantes da Assembleia, prevê representantes das Associações Juvenis, ou seja, associações que tenham na Direção uma maioria de elementos jovens e não há nenhuma associação, que tenha a maioria de 60% de jovens. Portanto, o Conselho Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Juventude é um órgão muito pequeno. Informou que já saíram as convocatórias para o Conselho Municipal da Educação e para o Conselho Local de Ação Social. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no que diz respeito à Mostra Gastronómica de Sameiro, esclareceu que o concurso ficou deserto. Nesse seguimento, a Câmara deliberou mandar o Presidente da Câmara para fazer negociação direta. Essa negociação direta foi realizada, foi feito o caderno de encargos, sendo que a pessoa interessada solicitou à Câmara, que esta última requisitasse o contador da luz e o colocasse no restaurante. Tendo alegado que só nessas condições é que ficaria com o estabelecimento. O Senhor Presidente da Câmara chamou à atenção que não fazia qualquer sentido ser a Câmara a pagar a energia elétrica do espaço, quando a renda do espaço é no valor de duzentos euros (200,00€). -----

Assim sendo, a Câmara notificou a interessada que tinha até às 17 horas do dia catorze de setembro para se pronunciar se queria arrendar ou não o espaço. A pessoa em questão nem sequer respondeu à missiva da Câmara. Deu nota que, entretanto, já há outra pessoa interessada nesse espaço. Como tal, será apresentado o caderno de encargos no sentido de se fazer a negociação. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que relativamente à CPCJ, já houve uma comunicação com o Senhor Vítor Graça, é só uma questão de agora dar formalidade ao processo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, questionou se mais alguém desejava usar da palavra. Verificando que não havia inscrições e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, deu por encerrada a sessão às zero horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa -----


----- José Manuel Novo de Matos -----

----- A 1ª Secretária -----



----- Patrícia Alexandra dos Santos Martins -----

----- O 2º Secretário -----



----- Daniel António Quaresma Costa -----